

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 005

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 25 DE FEVEREIRO DE 2002

ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Durval Amaral
Líder da Oposição Waldyr Pugliesi
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Luiz Traiano
PMDB Nereu Moura
PPB Tony Garcia
PT Hermes Fonseca
PDT Luiz Carlos Zuk
PSL Luiz Carlos Martins
PL Pastor Edson Praczyk
PPS Cezar Silvestri

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 06: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 004ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
25 DE FEVEREIRO DE 2002**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Valdir Rossoni e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Nelson Justus; Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura das Atas das Sessões anteriores, as quais foram aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob os nºs CTL/SEEG/061 a 133/2002, do senhor governador, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

074/2001: De autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que, dispõe que o processo seletivo para ingresso em cursos de educação superior de instituições de ensino mantidas pelo Estado do Paraná, exigirá dos candidatos conhecimentos sobre história, geografia e atualidades do Estado do Paraná nas disciplinas de História e Geografia, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.439.

Anote-se - Arquivo-se.

099/2001: De autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a firmar convênio junto ao município de Bandeirantes, para a criação do Centro Cultural de Bandeirantes, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.440.

Anote-se - Arquivo-se.

272/2001: De autoria do deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo a ceder o imóvel que especifica ao município de Paranavaí, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.441.

Anote-se - Arquivo-se.

305/2000: De autoria do deputado Divanir Braz Palma, que autoriza o Poder Executivo a criar um Centro de Diagnóstico para Doenças Crônico-Degenerativas, anexo ao Hospital Universitário de Maringá, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.442.

Anote-se - Arquivo-se.

346/2001: Do Poder Executivo, que altera dispositivos da Lei nº 12.398/98 (Sistema de Seguridade Funcional do Estado do Paraná), o qual convertido em Lei tomou o nº 13.443.

Anote-se - Arquivo-se.

361/2000: De autoria do deputado Ricardo Maia, que autoriza o Poder Executivo a criar e a instalar uma Companhia da Polícia Militar do Estado do Paraná no município de Paçandu, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.444.

Anote-se - Arquivo-se.

402/2001: De autoria do deputado Sérgio Spada, que concede o Título de Cidadão Honorário ao bispo diocesano de Foz do Iguaçu, Dom Olívio Aurélio Fazza, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.445.

Anote-se - Arquivo-se.

426/99: De autoria do deputado Geraldo Cartário, que autoriza o Poder Executivo a firmar convênio para que o consórcio Paraná Medicamentos passe a produzir a preços populares para as prefeituras municipais, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.446.

Anote-se - Arquivo-se.

434/2001: De autoria do deputado Valdir Rossoni, que autoriza o Poder Executivo a ceder os direitos de uso do imóvel que especifica à APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Município de Sengés, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.447.

Anote-se - Arquivo-se.

027/99: De autoria do deputado Orlando Pessuti, que dispõe sobre Auditoria Ambiental Compulsória e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.448.

Anote-se - Arquivo-se.

033/2000: De autoria do deputado Miltinho Pupio, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao município de Lunardelli, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.449.

Anote-se - Arquivo-se.

036/2001: De autoria do deputado Cesar Seleme, que dispõe que os deficientes visuais acompanhados por cães-guias, especialmente treinados para este fim, têm direito ao acesso e permanência em qualquer local aberto ao público, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.450. **Anote-se - Arquivo-se.**

098/2001: De autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a instituir, através da Secretaria de Estado da Cultura, o Programa CulturArte, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.451. **Anote-se - Arquivo-se.**

111/2001: De autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti, que dispõe que os Motéis estabelecidos no Estado do Paraná, ficam obrigados a manterem preservativos nos apartamentos, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.452. **Anote-se - Arquivo-se.**

201/2000: De autoria do deputado Antonio Anibelli, que denomina de Professores Lourdes Stefanello Lago, o imóvel que abriga a Secretaria Municipal de Educação do município de Palmas, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.453. **Anote-se - Arquivo-se.**

228/2000: De autoria do deputado Antonio Carlos Baratter, que autoriza o Poder Executivo a criar o Centro de Excelência de Futsal e Futebol de Campo no município de Cascavel, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.454. **Anote-se - Arquivo-se.**

255/2001: De autoria do deputado Divanir Braz Palma, que dispõe sobre isenção do pagamento da taxa para confecção de segunda via de documentos de pessoas idosas, que tenham sido roubadas ou furtadas, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.455. **Anote-se - Arquivo-se.**

289/2001: De autoria do deputado Cesar Seleme, que cria a Assessoria Especial para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.456. **Anote-se - Arquivo-se.**

413/2001: De autoria do deputado Sérgio Spada, que autoriza o Poder Executivo a ceder o imóvel que especifica à Associação de Pais e Amigos de Surdos de Foz do Iguaçu (APASFI), o qual convertido em Lei tomou o nº 13.457. **Anote-se - Arquivo-se.**

427/2000: De autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, que dispõe sobre a obrigatoriedade de comparecimento a palestrantes que visem a importância de proteção do meio ambiente, por infratores da respectiva legislação, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.458. **Anote-se - Arquivo-se.**

474/2001: De autoria do deputado Valdir Rossoni, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica à Prefeitura Municipal de Mallet, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.459. **Anote-se - Arquivo-se.**

489/99: De autoria do deputado Ricardo Maia, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao professor Wilson de Matos Silva, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.460. **Anote-se - Arquivo-se.**

553/2001: De autoria do deputado Durval Amaral, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao senhor Luc Alexandre Menard, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.461. **Anote-se - Arquivo-se.**

560/2001: De autoria do deputado Nelson Tureck, que autoriza a construção da Pequena Central Hidrelétrica, PCH de Salto Natal, com eixo de barragem localizado no Rio Mourão, município de Campo Mourão, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.462. **Anote-se - Arquivo-se.**

636/2001: De autoria do deputado Algaci Tulio, que proíbe a distribuição, fornecimento, oferta e comercialização de bebidas alcoólicas em estabelecimentos revendedores de combustíveis (posto de gasolina) localizados em perímetros urbanos, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.463. **Anote-se - Arquivo-se.**

660/2001: De autoria do deputado Orlando Pesutti, que autoriza a construção de Usina Termelétrica, tendo como combustível serragens e aparas de madeira, no município de Imbituva, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.464. **Anote-se - Arquivo-se.**

285/2000: De autoria do deputado Luiz Accorsi, que autoriza o poder Executivo a orientar a implantação de pólos industriais, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.465. **Anote-se - Arquivo-se.**

265/2001: De autoria do deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública o Instituto de Desenvolvimento Assistencial, Educacional e Cultural - IDAEC, com sede e foro no município de São José dos Pinhais, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.466. **Anote-se - Arquivo-se.**

352/2001: De autoria do deputado Hermas Brandão, que nova redação ao artigo 1º da Lei nº 6.139/70, declarando de Utilidade Pública a Associação Franciscana de Educação ao Cidadão Especial, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.467. **Anote-se - Arquivo-se.**

398/2001: De autoria do deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública o Projeto Social Ágape, com sede e foro no município de Paranaguá, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.468. **Anote-se - Arquivo-se.**

406/2001: De autoria do deputado Ricardo Chab, que declara de Utilidade Pública a Creche Tia Lúcia, com sede e foro no município de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.469. **Anote-se - Arquivo-se.**

426/2001: De autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Comunidade Gira Sol, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.470. **Anote-se - Arquivo-se.**

427/2001: De autoria do deputado Neivo Beraldin, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Antonina, com sede e foro no município de Antonina, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.471. **Anote-se - Arquivo-se.**

450/2001: De autoria do deputado Elio Rusch, que declara de Utilidade Pública a Fundação Compubras, com sede no município de Santa Terezinha do Itaipu e foro no município de Foz do Iguaçu, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.472. **Anote-se - Arquivo-se.**

457/2001: De autoria do deputado Cezar Silvestri, que declara de Utilidade Pública a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Prudentópolis, com sede e foro no município de Prudentópolis, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.473. **Anote-se - Arquivo-se.**

470/2001: De autoria do deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Espírita Caminho da Luz, com sede e foro no município de Capitão Leônidas Marques, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.474. **Anote-se - Arquivo-se.**

471/2001: De autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, que declara de Utilidade Pública a Associação Internacional de Impactos Culturais, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.475. **Anote-se - Arquivo-se.**

493/2001: De autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Funcionários Municipais de Londrina - AFML, com sede e foro no município de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.476. **Anote-se - Arquivo-se.**

496/2001: De autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que declara de Utilidade Pública o Grupo de Mulheres Saltinho do Conjunto Tito Carneiro Leal da Região Sul de Londrina, com sede e foro no município de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.477. **Anote-se - Arquivo-se.**

498/2001: De autoria do deputado Irineu Colombo, que declara de Utilidade Pública a Associação Ruralista Nova Canaã (ARNAC), com sede no município de Diamante do Norte e foro no município de Nova Londrina, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.478. **Anote-se - Arquivo-se.**

500/2001: De autoria do deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Moreira Sales, com sede no município de Moreira Sales e foro no município de Goioerê, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.479. **Anote-se - Arquivo-se.**

501/2001: De autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação e Clube de Mães Maria de Nazaré, com sede no município de São José dos Pinhais e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.480. **Anote-se - Arquivo-se.**

518/2001: De autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Linha Aparecidinha do município de Palotina, com sede e foro no município de Palotina, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.481. **Anote-se - Arquivo-se.**

520/2001: De autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que declara de Utilidade Pública a Associação de

Moradores da Linha São Luiz, com sede e foro no município de Palotina, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.482. **Anote-se - Arquivo-se.**

521/2001: De autoria do deputado Edson Strapason, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Guaraituba, com sede e foro no município de Colombo, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.483. **Anote-se - Arquivo-se.**

525/2001: De autoria do deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Jardim São Domingos, com sede no município de Itaperuçu e foro no município de Rio Branco do Sul, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.484. **Anote-se - Arquivo-se.**

546/2001: De autoria do deputado Hermas Brandão que declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversão do Litoral do Paraná - SINATED/LITORAL, com sede e foro no município de Paranaguá, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.485. **Anote-se - Arquivo-se.**

549/2001: De autoria do deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Produtores de Vila Floresta, com sede e foro no município de Palotina, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.486. **Anote-se - Arquivo-se.**

550/2001: De autoria do deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Agricultores de Santo Antônio, com sede e foro no município de Palotina, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.487. **Anote-se - Arquivo-se.**

555/2001: De autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública o Conselho Comunitário de Segurança do bairro Parolin, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.488. **Anote-se - Arquivo-se.**

563/2001: De autoria do deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública o Clube de Mães São João Batista da Vila Sandra, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.489. **Anote-se - Arquivo-se.**

565/2001: De autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária para Desenvolvimento da Terceira Idade, com sede e foro no município de Bandeirantes, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.490. **Anote-se - Arquivo-se.**

573/2001: De autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Produtores de São Jerônimo da Serra, com sede e foro no município de São Jerônimo da Serra, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.491. **Anote-se - Arquivo-se.**

589/2001: De autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública o Lar Anália Franco, com sede e foro no município de Cambará, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.492. **Anote-se - Arquivo-se.**

591/2001: De autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Professor Júlio Mesquita - Ensino de 1º grau regular e supletivo, com sede e foro no município de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.493. **Anote-se - Arquivo-se.**

361/2001: De autoria do deputado Edson Strapason, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária do Jardim Paulista, com sede e foro no município de Campina Grande do Sul, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.494. **Anote-se - Arquivo-se.**

415/2001: De autoria do deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação Coral "Kerix", com sede e foro no município de Rio Negro, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.495. **Anote-se - Arquivo-se.**

448/2001: De autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Boa Esperança do Iguaçu, com sede no município de Boa Esperança do Iguaçu e foro no município de Dois Vizinhos, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.496. **Anote-se - Arquivo-se.**

489/2001: De autoria da deputada Luciana Rafagnin, que declara de Utilidade Pública a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural - ASSESSOAR, com sede e foro no município de Francisco Beltrão, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.497. **Anote-se - Arquivo-se.**

519/2001: De autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores de São Clemente, com sede e foro no município de Palotina, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.498. **Anote-se - Arquivo-se.**

545/2001: De autoria do deputado Ricardo Maia, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Inquilinos e Locatários de Maringá e Região Noroeste do Paraná, com sede e foro no município de Maringá, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.499. **Anote-se - Arquivo-se.**

559/2001: De autoria do deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores da Linha da Madrugada, com sede e foro no município de Palotina, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.500. **Anote-se - Arquivo-se.**

567/2001: De autoria do deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Recreativa Cultural e Beneficente Abraão, com sede e foro no município de Palotina, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.501. **Anote-se - Arquivo-se.**

571/2001: De autoria do deputado Edson Strapason, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Padre Jones João Tibolla, com sede e foro no município de Colombo, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.502. **Anote-se - Arquivo-se.**

572/2001: De autoria do deputado Ademar Luiz Traiano, que declara de Utilidade Pública a Escola Profissionalizante Arcanjo Miguel e Agrovila Arcanjo Rafael, com sede e foro no município de Santo Antonio do Sudoeste, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.503. **Anote-se - Arquivo-se.**

574/2001: De autoria do deputado Elio Rusch, que declara de Utilidade Pública o Centro de Tradições Gaúchas - CTG - Recordando os Pagos, com sede e foro no município de Corbélia, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.504. **Anote-se - Arquivo-se.**

583/2001: De autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública o Centro de Recuperação Especial de Integração do Adolescente - CREIA, com sede e foro no município de Joaquim Távora, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.505. **Anote-se - Arquivo-se.**

601/2001: De autoria do deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores da Comunidade de São Francisco, com sede e foro no município de Palotina, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.506. **Anote-se - Arquivo-se.**

602/2001: De autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Esportiva, Recreativa e Cultural Bairro Pioneiro, com sede e foro no município de Palotina, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.507. **Anote-se - Arquivo-se.**

605/2001: De autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública o PROVOPAR - Programa do Voluntariado Paranaense - Ação Social, com sede no município de Tupãssi, e foro no município de Assis Chateaubriand, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.508. **Anote-se - Arquivo-se.**

607/2001: De autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Creche Santo Antonio, com sede no município de Tupãssi e foro no município de Assis Chateaubriand, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.509. **Anote-se - Arquivo-se.**

614/2001: De autoria da deputada Luciana Rafagnin, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Amigos da Pastoral da Criança da Diocese de Palmas e Francisco Beltrão, com sede e foro no município de Francisco Beltrão, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.510. **Anote-se - Arquivo-se.**

616/2001: De autoria do deputado Edno Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores dos Seis Conjuntos, com sede e foro no município de Cianorte, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.511. **Anote-se - Arquivo-se.**

OFÍCIO Nº 28/02-GP

Curitiba, 25 de fevereiro de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar à apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei aprovado pelo Órgão Especial em Sessão de 22 de

fevereiro de 2.002, que solicita autorização para conceder gratificação especial de assiduidade, no valor de R\$100,00 (cem reais), aos servidores efetivos dos Quadros do Poder Judiciário.

Esclareço outrossim, que o proposto está consubstanciado na Mensagem Governamental nº 003/2002, de 18 de fevereiro de 2.002.

Valho-me do ensejo para reiterar a V. Exa. meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 25.02.2002.

(a) ALTAIR FERDINANDO PATITUCCI

Presidente do Tribunal de Justiça
em exercício

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Ao servidor público efetivo integrante dos Quadros de Servidores do Poder Judiciário do Estado poderá ser concedida, por ato dos presidentes dos Tribunais de Justiça e de Alçada, uma gratificação especial por assiduidade, no valor de R\$100,00 (cem reais).

Parágrafo Único - A responsabilidade administrativa pela comprovação mensal da assiduidade do servidor será da chefia imediata, observado o disposto no artigo 164, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 2º - A gratificação especial prevista no artigo anterior não será computada para fins de contribuição previdenciária e não será incorporável quando da passagem do servidor para a inatividade, além de não integrar a base de cálculo para a concessão de vale-transporte e auxílio alimentação.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA:

Considerando a Mensagem Governamental nº 003/2002, encaminhada ao Poder Legislativo em 18 de fevereiro de 2.002, na qual solicita autorização para conceder ao funcionário público efetivo integrante do Quadro Geral do Estado gratificação especial de assiduidade, no valor de R\$100,00 (cem reais), o presente anteprojeto de lei visa conceder idêntica gratificação ao servidor efetivo dos Quadros do Poder Judiciário.

A despesa decorrente dessa concessão não excederá o limite da despesa pessoal estabelecida no artigo 20, inciso II, letra b da Lei Complementar nº 101/2.000.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 44/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam as prestadoras de serviços de telecomunicações, no âmbito do Estado do Paraná, obrigadas

a exigir a identificação dos assinantes de telefonia na modalidade pré-paga.

Parágrafo Único - A identificação de que trata esta lei somente será revelada mediante autorização judicial.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.02.2002.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto obriga a identificação dos proprietários de telefones celulares a modalidade pré-paga.

Os celulares pré-pagos têm sido uma arma na mão de bandidos, uma vez que não há como identificar as chamadas telefônicas. Esta facilidade faz com que o crime organizado conte com um valioso instrumento nas mãos de seqüestrados, traficantes e até dentro das penitenciárias, facilitando a comunicação de facções criminosas.

O Estado do Rio de Janeiro já conta com lei obrigando a identificação do usuário por ocasião da compra de celulares pré-pagos.

Por entendermos que o presente projeto de lei será um aliado da Justiça e não da criminalidade é que solicitamos aos nobres pares a aprovação do mesmo.

PROJETO DE LEI Nº 45/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica isento do ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações, o item assinatura básica, residencial e comercial, cobrada mensalmente nas contas telefônicas pelas prestadoras de serviços, no âmbito do Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.02.2002.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei em questão visa isentar da cobrança de ICMS (25%) o item assinatura básica, cobrada mensalmente nas contas telefônicas pelas Companhias Telefônicas que prestam serviço no Estado do Paraná.

Mensalmente o usuário Telepar, por exemplo, desembolsa R\$23,99 como forma de pagamento assinatura residencial e R\$36,88 referente valor de assinatura categoria comercial. A alíquota de ICMS embutida nestes valores é de 25%.

Se considerarmos 12 meses, o consumidor estará desembolsando R\$287,88 para classe residencial, sendo R\$71,97 de ICMS (já embutido no total 12 meses) e R\$442,56, linhas comerciais, sendo R\$110,64 somente de ICMS. Cabe ressaltar que para o cidadão paranaense

adquirir uma linha para terminal telefônico o custo hoje é de R\$18,21, conforme informações obtidas na Telepar Brasil Telecom.

Em 3 meses, somente com os valores de ICMS de linha residencial, o cidadão poderia adquirir mais uma linha telefônica.

Desta forma, por considerarmos que o presente projeto de lei visa proporcionar uma forma de economia à família paranaense, é que solicitamos aos nobres parlamentares a aprovação do mesmo.

PROJETO DE LEI Nº 46/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Senhoras de Rotarianos de Laranjeiras do Sul, com sede e foro na mesma municipalidade.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.02.2002.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Senhoras de Rotarianos de Laranjeiras do Sul foi fundada em 08/06/1970, e fez história na região pelo excelente trabalho assistencial que sempre realizou, cumprindo com dinamismo e maestria seu papel junto à sociedade.

A Associação de Senhoras de Rotarianos de Laranjeiras do Sul presta serviços voluntários e gratuitos aos segmentos mais necessitados dos municípios daquela localidade e necessita de auxílio, uma vez que a mesma não possui recursos próprios suficientes para a sua manutenção.

Sendo assim julgo que a mesma está apta a ser declarada de Utilidade Pública estadual, cumprindo todos os requisitos necessários que regulamenta a matéria.

PROJETO DE LEI Nº 47/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária do Borman do município de Guaraniaçu, com sede e foro na mesma municipalidade.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.02.2002.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária do Borman, sediada no município de Guaraniaçu, encontra-se em pleno desenvolvimento há mais de um ano, atendendo com dina-

mismo e maestria as finalidades para as quais foi criada. Não distribui lucros nem dividendos, nem possui recursos próprios suficientes à sua manutenção. Presta em real utilidade, serviços gratuitos à sua clientela e não remunera a sua diretoria.

Por estas considerações, julgo-a apta a ser declarada de Utilidade Pública por esta Casa e para isto a interessada cumpre os quesitos que regulamentam a matéria.

PROJETO DE LEI Nº 48/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária Solidários na Luta do município de Guaraniaçu, com sede e foro na mesma municipalidade.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.02.2002.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária Solidários na Luta, sediada no município de Guaraniaçu, encontra-se em pleno desenvolvimento há mais de um ano, atendendo com dinamismo e maestria as finalidades para as quais foi criada. Não distribui lucros nem dividendos, nem possui recursos próprios suficientes à sua manutenção. Presta em real utilidade, serviços gratuitos à sua clientela e não remunera a sua diretoria.

Por estas considerações, julgo-a apta a ser declarada de Utilidade Pública por esta Casa e para isto a interessada cumpre os quesitos que regulamentam a matéria.

PROJETO DE LEI Nº 49/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária São Gonçalo do município de Guaraniaçu, com sede e foro na mesma municipalidade.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.02.2002.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária São Gonçalo, sediada no município de Guaraniaçu, encontra-se em pleno desenvolvimento há mais de um ano, atendendo com dinamismo e maestria as finalidades para as quais foi criada. Não distribui lucros nem dividendos, nem possui recursos próprios suficientes à sua manutenção. Presta

em real utilidade, serviços gratuitos à sua clientela e não remunera a sua diretoria.

Por estas considerações, julgo-a apta a ser declarada de Utilidade Pública por esta Casa e para isto a interessada cumpre os quesitos que regulamentam a matéria.

PROJETO DE LEI Nº 50/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária São Sebastião do município de Guaraniaçu, com sede e foro na mesma municipalidade.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.02.2002 .

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária São Sebastião, sediada no município de Guaraniaçu, encontra-se em pleno desenvolvimento há mais de um ano, atendendo com dinamismo e maestria as finalidades para as quais foi criada. Não distribui lucros nem dividendos, nem possui recursos próprios suficientes à sua manutenção. Presta em real utilidade, serviços gratuitos à sua clientela e não remunera a sua diretoria.

Por estas considerações, julgo-a apta a ser declarada de Utilidade Pública por esta Casa e para isto a interessada cumpre os quesitos que regulamentam a matéria.

PROJETO DE LEI Nº 51/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária Nova Esperança do município de Guaraniaçu, com sede e foro na mesma municipalidade.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.02.2002 .

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária Nova Esperança, sediada no município de Guaraniaçu, encontra-se em pleno desenvolvimento há mais de um ano, atendendo com dinamismo e maestria as finalidades para as quais foi criada. Não distribui lucros nem dividendos, nem possui recursos próprios suficientes à sua manutenção. Presta em real utilidade, serviços gratuitos à sua clientela e não remunera a sua diretoria.

Por estas considerações, julgo-a apta a ser declarada de Utilidade Pública por esta Casa e para isto a interessada cumpre os quesitos que regulamentam a matéria.

PROJETO DE LEI Nº 52/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária da Localidade de Bandeira do município de Guaraniaçu, com sede e foro na mesma municipalidade.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.02.2002 .

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária da Localidade de Bandeira, sediada no município de Guaraniaçu, encontra-se em pleno desenvolvimento há mais de um ano, atendendo com dinamismo e maestria as finalidades para as quais foi criada. Não distribui lucros nem dividendos, nem possui recursos próprios suficientes à sua manutenção. Presta em real utilidade, serviços gratuitos à sua clientela e não remunera a sua diretoria.

Por estas considerações, julgo-a apta a ser declarada de Utilidade Pública por esta Casa e para isto a interessada cumpre os quesitos que regulamentam a matéria.

PROJETO DE LEI Nº 53/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária Santa Rosa do município de Guaraniaçu, com sede e foro na mesma municipalidade.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.02.2002 .

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária Santa Rosa, sediada no município de Guaraniaçu, encontra-se em pleno desenvolvimento há mais de um ano, atendendo com dinamismo e maestria as finalidades para as quais foi criada. Não distribui lucros nem dividendos, nem possui recursos próprios suficientes à sua manutenção. Presta em real utilidade, serviços gratuitos à sua clientela e não remunera a sua diretoria.

Por estas considerações, julgo-a apta a ser declarada de Utilidade Pública por esta Casa e para isto a interessada cumpre os quesitos que regulamentam a matéria.

PROJETO DE LEI Nº 54/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária do Vista Alegre do município de Guaraniaçu, com sede e foro na mesma municipalidade.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.02.2002 .

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária do Vista Alegre, sediada no município de Guaraniaçu, encontra-se em pleno desenvolvimento há mais de um ano, atendendo com dinamismo e maestria as finalidades para as quais foi criada. Não distribui lucros nem dividendos, nem possui recursos próprios suficientes à sua manutenção. Presta em real utilidade, serviços gratuitos à sua clientela e não remunera a sua diretoria.

Por estas considerações, julgo-a apta a ser declarada de Utilidade Pública por esta Casa e para isto a interessada cumpre os quesitos que regulamentam a matéria.

PROJETO DE LEI Nº 55/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária Jardim Planalto do município de Guaraniaçu, com sede e foro na mesma municipalidade.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.02.2002 .

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária Jardim Planalto, sediada no município de Guaraniaçu, encontra-se em pleno desenvolvimento há mais de um ano, atendendo com dinamismo e maestria as finalidades para as quais foi criada. Não distribui lucros nem dividendos, nem possui recursos próprios suficientes à sua manutenção. Presta em real utilidade, serviços gratuitos à sua clientela e não remunera a sua diretoria.

Por estas considerações, julgo-a apta a ser declarada de Utilidade Pública por esta Casa e para isto a interessada cumpre os quesitos que regulamentam a matéria.

PROJETO DE LEI Nº 56/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária A Caminho da Esperança do município de Guaraniaçu, com sede e foro na mesma municipalidade.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.02.2002 .

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária A Caminho da Esperança, sediada no município de Guaraniaçu, encontra-se em pleno desenvolvimento há mais de um ano, atendendo com dinamismo e maestria as finalidades para as quais foi criada. Não distribui lucros nem dividendos, nem possui recursos próprios suficientes à sua manutenção. Presta em real utilidade, serviços gratuitos à sua clientela e não remunera a sua diretoria.

Por estas considerações, julgo-a apta a ser declarada de Utilidade Pública por esta Casa e para isto a interessada cumpre os quesitos que regulamentam a matéria.

PROJETO DE LEI Nº 57/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária do Guaporé do município de Guaraniaçu, com sede e foro na mesma municipalidade.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.02.2002 .

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária do Guaporé, sediada no município de Guaraniaçu, encontra-se em pleno desenvolvimento há mais de um ano, atendendo com dinamismo e maestria as finalidades para as quais foi criada. Não distribui lucros nem dividendos, nem possui recursos próprios suficientes à sua manutenção. Presta em real utilidade, serviços gratuitos à sua clientela e não remunera a sua diretoria.

Por estas considerações, julgo-a apta a ser declarada de Utilidade Pública por esta Casa e para isto a interessada cumpre os quesitos que regulamentam a matéria.

PROJETO DE LEI Nº 58/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária da Linha Pietrobom do município de Guaraniaçu, com sede e foro na mesma municipalidade.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.02.2002 .

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária da Linha Pietrobom, sediada no município de Guaraniaçu, encontra-se em pleno desenvolvimento há mais de um ano, atendendo com dinamismo e maestria as finalidades para as quais foi criada. Não distribui lucros nem dividendos, nem possui recursos próprios suficientes à sua manutenção. Presta em real utilidade, serviços gratuitos à sua clientela e não remunera a sua diretoria.

Por estas considerações, julgo-a apta a ser declarada de Utilidade Pública por esta Casa e para isto a interessada cumpre os quesitos que regulamentam a matéria.

PROJETO DE LEI Nº 59/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária do Bairro Cazella do município de Guaraniaçu, com sede e foro na mesma municipalidade.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.02.2002 .

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária do Bairro Cazella, sediada no município de Guaraniaçu, encontra-se em pleno desenvolvimento há mais de um ano, atendendo com dinamismo e maestria as finalidades para as quais foi criada. Não distribui lucros nem dividendos, nem possui recursos próprios suficientes à sua manutenção. Presta em real utilidade, serviços gratuitos à sua clientela e não remunera a sua diretoria.

Por estas considerações, julgo-a apta a ser declarada de Utilidade Pública por esta Casa e para isto a interessada cumpre os quesitos que regulamentam a matéria.

PROJETO DE LEI Nº 60/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária São Miguel do município de Guaraniaçu, com sede e foro na mesma municipalidade.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.02.2002 .

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária São Miguel, sediada no município de Guaraniaçu, encontra-se em pleno desenvolvimento há mais de um ano, atendendo com dinamismo e maestria as finalidades para as quais foi criada. Não distribui lucros nem dividendos, nem possui recursos próprios suficientes à sua manutenção. Presta em real utilidade, serviços gratuitos à sua clientela e não remunera a sua diretoria.

Por estas considerações, julgo-a apta a ser declarada de Utilidade Pública por esta Casa e para isto a interessada cumpre os quesitos que regulamentam a matéria.

PROJETO DE LEI Nº 61/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária São Pedro do município de Guaraniaçu, com sede e foro na mesma municipalidade.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.02.2002 .

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária São Pedro, sediada no município de Guaraniaçu, encontra-se em pleno desenvolvimento há mais de um ano, atendendo com dinamismo e maestria as finalidades para as quais foi criada. Não distribui lucros nem dividendos, nem possui recursos próprios suficientes à sua manutenção. Presta em real utilidade, serviços gratuitos à sua clientela e não remunera a sua diretoria.

Por estas considerações, julgo-a apta a ser declarada de Utilidade Pública por esta Casa e para isto a interessada cumpre os quesitos que regulamentam a matéria.

PROJETO DE LEI Nº 062/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual o CTG - Centro de Tradições Gaúchas Estância Velha da Tradição, com sede e foro na comarca de São José dos Pinhais.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.02.2002.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O CTG - Centro de Tradições Gaúchas - Estância Velha da Tradição fundado oficialmente em 12 de outubro de 1991, é uma sociedade civil, com personalidade jurídica privada, sem fins lucrativos, oriunda da fusão de dois outros centros de tradições: "Estância Velha dos Pinhais e Esteio da Tradição", e que vem, sob o comando de sua diretoria, desenvolvendo um excelente trabalho dirigido ao bem-estar dos seus associados, suas respectivas famílias, amigos e demais apreciadores das tradições do Rio Grande do Sul.

Com eventos programados, seu departamento social, desenvolve atividade visando sempre melhorar as condições de pessoas carentes, humildes e de poucos recursos, que são atendidas em dependências na cidade de São José dos Pinhais.

PROJETO DE LEI Nº 063/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criado o Prêmio Produtividade do Policial no Estado do Paraná.

Art. 2º - O Prêmio Produtividade de que trata esta lei é destinado ao policial civil e/ou militar, responsável por um grupo de atividades que contribui para a diminuição do índice de criminalidade, em determinado espaço de tempo.

Art. 3º - A receita destinada ao Prêmio Produtividade do Policial será proveniente das taxas recolhidas a título de prestação de serviço policial.

Art. 4º - A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.02.2002.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

Uma das prioridades do Governo do Estado é a Segurança Pública e contribuir com a diminuição dos

índices de violência em nosso Estado é um dever de todos nós como cidadãos.

E este parlamentar, na qualidade de homem público, procura sempre apresentar proposições que venham a valorizar os integrantes da Polícia Civil e Militar, e esta proposição tem como finalidade incentivar os valorosos membros das mesmas a contribuir ainda mais com a diminuição dos índices de violência em nosso Estado.

Ante ao exposto, conclamo meus nobres pares à aprovação de mais este projeto de grande alcance social.

PROJETO DE LEI Nº 064/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - As Escolas Públicas Estaduais de Ensino Fundamental, Médio e Superior garantirão vagas para filhos de bispos, pastores, missionários e sacerdotes de qualquer credo religioso, quando transferidos no exercício de seu ministério.

Art. 2º - As vagas ficarão asseguradas em qualquer época do ano letivo.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.02.2002.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

Quantos homens notáveis desprezaram missões ricamente vantajosas, que lhes conferiam títulos e projeção das mais cobiçadas; sim, rejeitaram todas essas glórias que o mundo poderia proporcionar-lhes, obedecendo à chamada de Deus para exercerem a bendita e gloriosa missão de mensageiros do senhor, pregadores de boas-novas; ganhadores de almas, ceifeiros da seara santa.

Os bispos, pastores, missionários e sacerdotes, são homens vocacionados por Deus que desempenham com alegria a grande tarefa, indiferentes às provas que são peculiares a todos os que abraçam a atividade de arautos de Deus. Às vezes deslocam-se seguidamente em nosso Estado no exercício de suas funções. A evangelização pressupõe visitas, cultos, pregações e atendimento obstinado aos fiéis.

A transferência nos postos missionários implica também no acompanhamento dos familiares. Os filhos em idade escolar necessitam do apoio estratégico não só dos pais, mas também dos órgãos públicos para não interromper os estudos, uma vez que este é um direito assegurado em nossa Carta Magna. Temos recebido inúmeros pedidos, de diferente recantos do Estado, para que vagas nas escolas fiquem asseguradas. Assim como os militantes, servidores públicos e diplomatas têm esse direito garantido, também os ministros religiosos precisam ser atendidos neste sentido. É um grupo representativo, que

presta um trabalho relevante, silencioso e não está amparado pela legislação em vigor.

Face ao exposto, solicito aos demais pares desta Casa, apoio irrestrito à aprovação da matéria em apreço.

PROJETO DE LEI Nº 065/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - A taxa de coleta, remoção e destinação final de esgotos sanitários fica estipulada em 30% sobre o valor da fatura de água, em Todos os municípios do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.02.2002.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

Atualmente a Sanepar - Companhia de Saneamento do Paraná cobra pelos serviços de coleta, remoção e tratamento de esgotos sanitários, 80% sobre o valor da água consumida. Essa taxa quase duplica o valor da fatura emitida contra mais de 90% das famílias paranaenses, onerando sensivelmente milhares de pessoas cuja renda mensal é insuficiente para fazer frente às despesas de subsistência. Para um consumo mínimo de 10 mil litros/mês, a conta sobe de R\$12,55 para R\$20,79 com o acréscimo da taxa de esgoto.

O percentual estabelecido pela companhia não possui justificativa devidamente comprovada. Baseia-se apenas em estimativas de que do total de água servida a uma residência, apenas 20% não retorna em forma de esgoto. Ora, essa justificativa é muito vaga e nivela por cima todos os consumidores, premissa que não deve nortear um serviço essencial como é o saneamento básico, tanto mais necessário quanto mais baixa é a renda de uma população.

Entendemos que saneamento básico é qualidade de vida e, portanto, tem que estar à disposição da população pelo menor preço possível. Até porque, sendo um verdadeiro agente promotor de saúde, a água tratada e a coleta de esgotos acessíveis são também mecanismos que ajudam a diminuir a necessidade de vultoso investimento na área de saúde pública. É sabido que mais de 70% das internações hospitalares são provocadas por doenças de transmissão hídrica, facilmente evitáveis.

Em Cascavel, no Oeste do Estado, os vereadores se anteciparam a esta Casa e promulgaram uma lei que baixa o valor da taxa dos atuais 80% para 30%. A lei está sendo contestada pela Sanepar sob a pífia alegação de que a empresa está cumprindo a política tarifária nacional. Sem a mesma estrutura financeira e técnica que a Sanepar, o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgotos de Nova Santa Bárbara, oferece aos seus clientes o serviço de coleta cobrando 60% sobre a fatura de água.

Na pequena cidade paranaense, a taxa mínima também é menor que a praticada pela Sanepar. Para cada 10 mil litros consumidos, são cobrados R\$6,50.

Diante do exposto, conto com o apoio dos pares para corrigir esta distorção que vem prejudicando enormemente os paranaenses e tornando proibitivo o acesso dos mais pobres ao serviço de saneamento básico.

PROJETO DE LEI Nº 066/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica isento do ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações, o item assinatura básica, residencial e comercial, cobrada mensalmente nas contas telefônicas pelas prestadoras de serviços, no âmbito do Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.02.2002.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei em questão visa isentar da cobrança de ICMS (27%) o item assinatura básica, cobrada mensalmente nas contas telefônicas pelas Companhias Telefônicas que prestam serviço no Estado do Paraná.

Mensalmente o usuário Telepar, por exemplo, desembolsa R\$23,32 como forma de pagamento assinatura residencial e R\$36,88 referente valor de assinatura categoria comercial. A alíquota de ICMS embutida nestes valores é de 27%.

Se considerarmos 12 meses, o consumidor estará desembolsando R\$279,84 para classe residencial, sendo R\$75,55 de ICMS (já embutido no total 12 meses) e R\$442,56, linhas comerciais, sendo R\$119,49 somente de ICMS. Cabe ressaltar que para o cidadão paranaense adquirir uma linha para terminal telefônico o custo hoje é de R\$18,21, conforme informações obtidas na Telepar Brasil Telecom.

Em 3 meses, somente com os valores de ICMS de linha residencial, o cidadão poderia adquirir mais uma linha telefônica.

Desta forma, por considerarmos que o presente projeto de lei visa proporcionar uma forma de economia à família paranaense, é que solicitamos aos nobres parlamentares a aprovação do mesmo.

PROJETO DE LEI Nº 067/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica obrigada, a Secretaria Estadual da Fazenda do Estado do Paraná, a publicar, através do Diá-

rio Oficial, trimestralmente, no último dia útil de cada trimestre, relatório sobre o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), contendo as seguintes informações:

I - Número total de veículos automotores, incluindo aeronaves e embarcações discriminado-se por municípios;

II - Valores parciais recebidos e a receber, inclusive os referentes à dívida ativa, discriminando-se por município.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.02.2002.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

Apoioamento:

Ângelo Vanhoni e Irineu Colombo.

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei em tela, se justifica pela necessidade de oferecer aos municípios e à população mecanismos claros e simplificados de aferição dos valores arrecadados com IPVA em cada município, bem como, de fiscalizar o efetivo repasse da cota desse tributo aos municípios.

Com o advento das Emendas Constitucionais nº 19 e 20, e especificamente, com Lei de Responsabilidade Fiscal, o princípio constitucional da publicidade foi alçado a patamar ainda mais elevado, exigindo do administrador a transparência no trato com a coisa pública.

Outro aspecto que se saliente, é fato de que com a municipalização de diversos serviços públicos, o município acabou onerado sem a contrapartida orçamentária, sofrendo retenções indevidas de recursos, seja por parte da União, seja por parte do Estado.

A obscuridade que paira em relação à arrecadação do IPVA é um exemplo clássico, no qual o município fica sem mecanismos para fiscalizar se efetivamente, sua cota parte está sendo repassada corretamente. Daí a necessidade de impor à Secretaria de Estado da Fazenda a obrigação de publicar tais dados relativos ao IPVA.

Por fim, cumpre destacar, a lição de Norberto Bobbio, em lição magistral sobre o tema ("O Futuro da Democracia", 1986, Paz e Terra), o qual destaca: "não há, nos modelos políticos que consagram a democracia, espaço possível reservado ao mistério. O novo estatuto político brasileiro - que rejeita o poder que oculta e não tolera o poder que se oculta - consagrou a publicidade dos atos e das atividades estatais como valor constitucionalmente assegurado, disciplinando-o, com expressa ressalva para as situações de interesse público, entre os direitos e garantias fundamentais. (in acórdão STF - MI 284 - DF - TP - Rel. p/o Ac. Min. Celso de Mello - DJU 26.06.92).

Face ao exposto, certo da compreensão e sensibilidade dos nobres pares desta Casa de Leis, solicita-se o apoioamento e posterior aprovação à presente proposição.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente o primeiro orador inscrito, deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhores deputados.

Um dos jornais de maior circulação deste Estado, apresenta alguns comentários e alguns depoimentos de pretendentes ao cargo maior do Estado do Paraná, ou seja, ao cargo de governador.

Uma das pessoas que nós respeitamos, que é o presidente do PPS, deputado Rubens Bueno, apresenta na coluna de Notas Políticas, um parecer no qual nós realmente não reconhecemos a validade pela qual quer esse parlamentar fazer com que o Paraná realmente tenha a informação que não é aquela verdadeira, ocorrida.

Álvaro Dias não nomeou nenhum secretário do atual governo. Não houve condição pela qual qualquer parte administrativa do governo do Estado do Paraná tivesse a intervenção do governador Álvaro Dias e S. Exa. o presidente do PPS do Paraná, Rubens Bueno faz com que seja distorcida essa posição na qual Álvaro Dias nunca se envolveu.

Nós sabemos o porquê desta preocupação. A nível nacional, o presidente do PPS, junto com os seus componentes que dirigem essa agremiação a nível de Brasil, reuniram-se com o ex-governador Brisola e com outros Partidos, bem como o presidenciável Ciro Gomes e também Roberto Freire que dessa reunião participou, fizessem com que algum acordo a nível nacional pré-estabelecessem as convenções desses Partidos, ou seja, uma aliança entre PDT, o PPS e outras agremiações e compareceram outros Partidos que poderão vir a acontecer a nível nacional como PTB.

Em nosso Estado, nós que conhecemos, e os senhores parlamentares são testemunhas do que ocorre nesta Casa de Leis e principalmente o que ocorre no Paraná.

O PPS, agregado à Bancada do povo, faz com que a sua posição nesta Casa e na população do Paraná, seja conhecida como Oposição ao atual governo e o PTB, como sendo um partido de sustentação ao atual governador Jaime Lerner.

Com isso senhores deputados, a dificuldade e principalmente aquilo que nós não buscamos com o Álvaro Dias e nem com o Osmar Dias, nós não buscamos dissidência alguma, imposição alguma, o que nós concordamos e estamos abertos ao PMDB, ao PT, e a qualquer outro Partido, é de que em uma sentada onde os nomes pré-escolhidos pelos partidos políticos sejam oferecidos antecipadamente à eleição em uma consulta no Paraná, para saber realmente o qual o povo do Paraná deseja como governador do seu Estado. Aí sim, escolhido pela maioria do povo do Paraná nessa consulta, essas agremiações dessa aliança farão com que o resultado da eleição seja estabelecido no 1º turno, não havendo necessidade de um 2º turno no nosso Estado.

Colocado isso, senhores deputados, acredito que o senador Álvaro Dias não deve, não tem nada a esclarecer. E ainda mais, sempre se posicionou em uma linha pela qual hoje a condição que ele desfruta tanto a nível estadual, quanto a nível nacional e até a nível internacional com as suas posições fosse nessa que ele subscreve a CPI da corrupção da Nação, que foi convidado a sair do Partido de Sustentação do Governo Federal e se encontra a nível de Estado fazendo valer aquela sua posição de independência. Tenho certeza absoluta, que essas linhas pelas quais puderam ou tentaram sensibilizar a opinião pública ou atingir de alguma forma o senador Álvaro Dias, não tem procedência. E nós, do PDT, continuamos de portas abertas àqueles que querem o bem do Estado e somar conosco para que a próxima eleição, realmente seja do povo do Paraná. E não de um grupo que se encontra aí há 8 anos no poder não atendendo aos funcionários públicos, não atendendo ao povo do Paraná e não atendendo, como nós somos testemunhas e os senhores parlamentares que estiveram na reunião, as universidades do Estado, não atendendo de forma nenhuma o que é primordial para todos nós que é a educação seja ela do 1º, 2º graus mas principalmente do 3º grau.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno expediente com a palavra o senhor deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, senhores deputados.

Na última sexta-feira participei da Assembléia que reuniu policiais civis, policiais militares e também servidores do Sistema Penitenciário do Estado do Paraná, cuja Assembléia foi realizada na Sociedade Urca, aqui, próximo à Assembléia, e que reuniu quase 500 pessoas.

E nessa Assembléia, evidentemente que o assunto mais discutido foi a questão salarial, a questão da gratificação concedida pelo Governo do Estado de cem reais, que evidentemente não agradou ninguém. Porém é assunto que não se tem como debater. Mas outros assuntos foram discutidos, como a formação de uma Federação que passa a ser integrada pelos policiais civis, pelos policiais militares, associação de defesa dos direitos dos policiais militares, do IASP e também do sistema penitenciário do Estado do Paraná.

E nessa Assembléia, senhor presidente, que participamos, pudemos ouvir as queixas e os apelos feitos pelas categorias ali representadas. E naquela Assembléia também tiramos uma posição de que no dia de hoje, segunda-feira por volta das 11h00, estaríamos acompanhando uma comissão de servidores da Polícia Civil, da Polícia Militar, do Sistema Penitenciário para uma audiência com o senhor presidente desta Casa, deputado Hermas Brandão. Aqui estiveram o presidente do Sinclapol - Luiz Bordenowski, o Vilmar Brasil, o Paulo Martins, o Jorge Garret, a Dra. Izabel Mendes - assessora

jurídica. Ainda o Sinclapol de Londrina e também de Maringá. Representando a Associação dos Datiloscopistas estava a Dra. Vera Lúcia Alves; pela Associação dos Escrivães o Dr. Antonio Carvalho; pelo IASP - Delegacia Sindical do IASP que são funcionários que atendem os educandários de menores infratores - José Gonçalves. E pelo Sindicato dos Servidores do Sistema Penitenciário a Sandra Márcia Duarte. E representando a Associação de Defesa dos Direitos dos Policiais Militares ativos, inativos e pensionistas - coronel Eliseu Furkin. E evidentemente que essas lideranças repassaram ao senhor presidente da Assembléia a situação em que vivem hoje as categorias. Que não é diferente dos demais funcionários públicos do Estado, que há 7 anos não sabem o que é um aumento salarial. E agora acabaram recebendo do senhor governador uma gratificação de 100 reais.

É evidente, senhor presidente, que não vai se melhorar a qualidade do serviço público - tanto do Quadro Geral do Estado como das universidades, como das escolas estaduais, de qualquer setor do Estado, com uma gratificação de 100 reais. Que é uma gratificação que o servidor não leva na hora da sua aposentadoria. É uma gratificação que é dada hoje e poderá ser retirada amanhã. Isso intranquiliza a classe do servidor público de modo geral e muito mais a classe policial.

Em relação à classe policial, o que na verdade nos chama a atenção e nos deixa bastante perplexos, senhor presidente, senhores deputados, é o fato de que no ano passado um dos projetos mais polêmicos discutidos nesta Casa foi a reforma do Estatuto da Polícia Civil, da qual este parlamentar foi o seu relator. Matéria discutida amplamente com vários setores da sociedade ligadas à área da segurança pública, onde demos um avanço extraordinário. Inclusive acabando com a carreira do delegado calça curta, acabando com a carreira do carcereiro que não tem que existir no quadro da Polícia Civil. Porque à Polícia Civil não cabe cuidar de preso. Quem tem que cuidar de preso é o setor do Sistema Penitenciário. E, no entanto, para surpresa nossa, nesse decreto do governador que espalha uma gratificação de cem reais a várias categorias. No artigo 2º fala: "Será concedida gratificação pelo exercício de encargos especiais ao policial civil integrante da carreira de investigador de polícia, que atue diretamente na carceragem da delegacia de polícia e cadeia pública, no percentual de 130% sobre o vencimento básico".

Ora, investigador de polícia que atue na área de carcereiro! Isso não existe, senhor presidente, senhores deputados. Não existe, não está no estatuto da Polícia Civil. Não sei quem orientou o governador para que ele elaborasse esse decreto. Isto aqui está criando uma divisão dos quadros da Polícia Civil, como já há uma divisão nos quadros da Polícia Militar quando um grupo de policiais ganha o tal do TIDE e outro não ganha o tal do TIDE. E na mesma viatura tem dois policiais: um ganha 800 e o outro ganha 500. Aqui vai se criar uma divisão dentro da Polícia Civil que é o grupo de policiais que vai

passar a receber 130% sobre o básico de gratificação para atuar na função de carcereiro. Ora, senhor presidente, isto aqui é um retrocesso àquilo que esta Casa votou por unanimidade, àquilo que esta Casa discutiu com profundidade, àquilo que esta Casa provocou de modernidade no Estatuto da Polícia Civil.

Por isso, senhor presidente, esse decreto do governador que virá para análise desta Casa, precisa ser melhor conduzido, precisa ser melhor tratado porque nos estamos provocando uma divisão na Polícia Civil. Se hoje nós temos aí crimes e mais crimes porque não tem solução porque não há gente para investigar, teremos menos gente para investigar ainda com 130% para quem for investigador policial e se transforma em carcereiro. Vai haver uma disputa, vai haver uma briga! Eu não sei se esta escala, para quem vai ser carcereiro de plantão de manhã se ela vai ser feita por uma espécie de bingo, de roleta. Como é que o delegado vai fazer esta escala? Ou o delegado vai escalar o seu protegido, ou o delegado vai trazer para sua delegacia policiais que melhor lhe convier para escalar essa gente. Qual é a fórmula, e aqui não diz, como serão escolhidos os investigadores policiais que vão desempenhar a função de carcereiros?

Então senhor presidente, entre tantas coisas que eu ainda vou me aprofundar mais, durante a semana, para outra ocupação de horário, nesta Casa, para dizer desta indignação, desta insatisfação da classe policial civil, militar como dos agentes penitenciários.

E na reunião de hoje, pela manhã, com o senhor presidente desta Casa ficaram colocadas como duas pretensões momentâneas da Polícia Civil e das outras entidades é a reposição salarial de 50% porque até dezembro de 2001 ela já era de 54% e o cumprimento da readequação das emendas constitucionais 19 e 20 que trata de remuneração única, é preciso acabar com esta história de penduricalho que vai no olerite do servidor público; é gratificação disso mais aquilo mais não sei o quê, mais bonificação e quando chega na hora da aposentadoria o cidadão, o servidor não leva para a aposentadoria! Num problema de tragédia na família, de perda do ente querido, nada disso é atendido porque fica no básico do servidor público!

Por isso que os governadores, e já há até um partido político que me falha a memória, neste momento, já deu entrada no Supremo, já ganhou esta ação que obriga os governadores estaduais a dar esta reposição conforme as emendas 19 e 20 da Constituição.

Portanto, senhor presidente, faço este registro, neste momento, dizendo desta movimentação que ocorreu sexta-feira, na Assembléia, da reunião que tivemos, hoje pela manhã, como V. Exa., no seu gabinete e nós esperamos que neste período aí, porque se os servidores públicos estaduais não lutarem neste período, até o final do mês de março, 6 meses antes das eleições, já não poderão ter nenhum benefício de atendimento, por parte do governo, na questão salarial.

No dia 7 vai ser formada a Federação das Associações de Servidores Públicos do Estado do Paraná onde vários setores já estão se engajando na criação dessa federação que vai, evidente, ter um peso maior na tratativa de assuntos atinentes a cada uma dessas áreas dos servidores públicos estaduais.

Era só, senhor presidente, senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA

Senhor presidente, senhores deputados.

Apresento, nesta data, para apreciação nesta Casa, um projeto de lei que prevê que a Sanepar poderá cobrar apenas 30% a título de taxa de esgoto sobre a conta da água, no Estado do Paraná.

Já têm, com certeza, outros projetos tramitando nesta Casa, nesse sentido; no ano passado aprovamos um projeto dessa natureza, senão me engano de autoria do deputado Ribas Carli. Foi para sanção do governador, o governador vetou e nós, aqui na Casa, perdemos de derubar o veto por apenas um voto.

Na condição de presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, em contato permanente com a população, principalmente da minha cidade, da minha região, através do programa de rádio que faço, posso constatar diária e insistentemente a população reclamando desse valor elevado de 80% sobre a conta da água, a título de coleta e tratamento de esgoto. Para se ter uma noção a conta com valor mínimo cobrado pela Sanepar, de 10 mil litros de água por mês, teria um custo de R\$12,55, passa para R\$20,79 a mesma conta de água, porque teve o acréscimo de 80% sobre a conta da água.

Vejo o saneamento básico, assim como vejo a água tratada, uma necessidade básica da população. Tem que ser incluída numa política de saúde pública de qualquer governo. E como tal, tem que ser disponibilizada o mais barato possível. Se pudesse, até gratuitamente. Porque esse benefício, colocado à disposição da população, principalmente de baixa renda, significa economia na sequência, em postos de saúde, em hospitais, enfim, na rede de saúde pública em todo o Paraná.

É interessante que a Sanepar não tem uma justificativa técnica para aplicar 80% sobre a conta de água. Apenas informa que está cumprindo a política de tarifa nacional sobre a questão do saneamento. Por que não 60%? Por que não 40%?

Inclusive, senhor presidente, senhores deputados, na cidade de Cascavel, os vereadores já aprovaram e o prefeito sancionou uma lei, se não me falha a memória, reduzindo essa tarifa para 30%. A Sanepar está contestando, mas enfim, o município de Cascavel, formalmente já tomou atitude, já que é concessionária para exploração do serviço público, que delegou para a Sanepar, a

meu modo de ter condições de definir a questão de tarifa, também.

Um outro exemplo: no município de Nova Santa Bárbara, que eu não conheço, mas peguei as informações da Internet, cobra o valor de 60% sobre a conta da água, num serviço autônomo, explorado e operado pelo próprio município. Mas, com uma diferença: a taxa mínima de água, no município de Santa Bárbara é de R\$6,50. Quer dizer, a conta chega no máximo a R\$10,00 ou RR\$15,00 para quem consome dez mil litros de água por mês.

É uma questão de saúde pública. Principalmente a população de baixa renda está tendo muita dificuldade para cobrir as despesas básicas com água, luz e transporte coletivo. E tem ainda esta sobrecarga no valor de 80% sobre a conta da água consumida.

Queria, para não deixar em branco e com muito orgulho, fazer um registro de um grande evento nacional, de repercussão em todo o Brasil, da candidatura do ex-ministro José Serra pelo PSDB. Fui colega do ministro José Serra, assim como o deputado Waldyr Pugliesi foi. O ministro José Serra é uma das cabeças mais brilhantes do Congresso Nacional e da política nacional. Um currículo fantástico. Iniciou sua carreira política com líder estudantil, presidente da UNE, esteve exilado durante longo tempo, elegeu-se deputado constituinte, foi secretário do Planejamento e Finanças do governo Montoro e acertou a economia do Estado de São Paulo, naquela oportunidade, se elegeu senador, foi ministro do Planejamento, ministro da Saúde e esse setor da administração pública, que parecia não tinha conserto, não tinha jeito, passou a apresentar melhorias consideráveis para toda a sociedade, através do trabalho imprimido pelo ministro José Serra, que tem estatura política, moral, para peitear, como peiteou os grandes laboratórios, verdadeiras máfias que atuam no Brasil na área da saúde, para melhorar as condições de vida do nosso povo, na luta, por exemplo, para implementação dos genéricos no Brasil, para a redução dos preços dos medicamentos aos portadores de AIDS, para serem fabricados no Brasil, levando essa polêmica, inclusive, a nível internacional.

Não sabemos o que vai dar a eleição. Temos que admitir o candidato, hoje do PSDB, José Serra, está em índices pequenos, mas está crescendo bastante. Tenho certeza que ganhando ou não ganhando, o PSDB cumpre o papel de lançar um candidato à altura. Eu acredito que o José Serra irá ganhar a eleição, mas mesmo que não ganhe o PSDB está cumprindo o papel de lançar um candidato à altura das necessidades para administrar este país, continuar este trabalho que vem sendo feito já há sete anos a nível federal principalmente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente. Deputado Caíto Quintana, não presente.

Passamos ao Horário das Lideranças: PL, deputada Serafina Carrilho.

A SRA. SERAFINA CARRILHO

Senhores deputados, amigos de Maringá, do Conselho da Universidade Estadual de Maringá, Sintemar, Conselho da Universidade UEL de Londrina, professores e amigos que nos visitam.

Eu gostaria de deixar bem claro nesta Tribuna, que na condição de legítima representante da vontade popular nesta Casa de Leis, decidi tranqüilamente postar-me ao lado dos servidores das universidades estaduais do Paraná, a partir do momento que decidiram entrar em greve, no sentido de sensibilizar o Governo do Estado a repassar-lhes aquilo que lhes pertence, ou seja, a reposição das perdas salariais dos últimos anos, de cerca de 50,03 por cento, pleito este a nosso ver, dos mais justos.

Estive com eles, logo no início do movimento, quando foi realizada uma Assembléia Geral no Restaurante Universitário de Maringá, ocasião em que fui honrosamente convidada pelo Sintemar, na pessoa de sua presidente, a Ana Estela Codato, para que participássemos do movimento e ao mesmo tempo, para que fôssemos “Porta-Voz” da categoria junto ao Governo do Estado, no sentido de abrir as portas do governo para o diálogo e para o entendimento.

Assim o fizemos, só que infelizmente o lacre do Palácio Iguaçu nesta hora é quase que intransponível, o seu rompimento é uma tarefa difícil e os professores e servidores, assim como esta deputada, sabem muito bem o porquê.

Mas, a luta continua, e nós não iremos arredar os pés e nem desanimar diante da frieza e insensibilidade dos palacianos.

Pois bem...

Fui procurada mais uma vez pelos representantes do Sintemar e também por professores da UEM, bastante preocupados e temerosos com o destino que pode ter o ensino público de terceiro grau em nosso Estado, se for aprovado aqui pelos deputados estaduais, o projeto de autoria do Governo do Estado que trata da autonomia das nossas universidades e que exaustivamente o governador tanto alardeia e defende através da mídia, como se fosse a coisa mais perfeita do mundo, como se fosse “tábua de salvação” que resolveria tudo, inclusive acabando com a greve.

Veja senhor presidente, senhores deputados, que a preocupação dos servidores tem bastante lógica, e eu chamo bem a atenção de todos, para a existência de possíveis armadilhas, montadas ao longo do projeto, e que poderiam representar um retrocesso irreversível às conquistas de nossas universidades, como por exemplo aceitando para uma possível privatização do ensino público de terceiro grau, em nosso Estado.

Preste atenção na leitura da análise que o Sintemar fez em cima dos tópicos do projeto do governo, e que agora eu apresento aos senhores, para que pensem muito

bem, antes de ajudar a cavar a sepultura do ensino público e gratuito em nosso Estado.

Analisando então o projeto do Lerner conforme conclusão do Sintemar:

- As universidades deixam de ser tratadas como Autarquia de Regime Especial como prescreve o artigo 207 da Constituição Federal.

- As universidades têm que recorrer à fontes alternativas de financiamento, conforme prevê o artigo 5º do projeto.

- O estatuto e o regimento serão refeitos pelos órgãos colegiados da universidade e pelo Conselho de Responsabilidade Social, conselhos externos à comunidade universitária.

- Serão proibidos os acordos ou convenções coletivas. Segundo o governo, esta proibição está disposta nos artigos 165 e 169 da Constituição Federal, na lei Complementar Federal nº 101/2000 de responsabilidade fiscal.

- Os planos de carreira, cargos e salários, a extinção de cargos ou funções, progressões, poderão ser realizadas de acordo com a LDB e em consonância com a realidade sócio-econômica local e regional. Uma observação: veja aqui esta idéia de realidade local e regional.

- As universidades serão mantidas pelo Estado e integrarão o “famoso e famigerado” Sistema de Gestão de Recursos Humanos adotado para o Estado.

- O Conselho Universitário, segundo o Projeto do Governo, será adequado aos princípios de gestão democrática, (ouçam bem o conceito de democracia do governador) e será integrado pelo reitor, vice-reitor, 4 pró-reitores, designados pelo reitor; 9 professores com no mínimo 10 anos na Instituição e com experiência de pelo menos 4 anos em função administrativa, e 6 representantes da comunidade local e regional escolhidos pelo Conselho de Responsabilidade Social, que é constituído pelo reitor, vice-reitor; 3 representantes do Conselho Universitário, escolhidos pelo governador, 6 da comunidade local e regional, ou seja, a comunidade local e regional do Conselho de Responsabilidade Social escolhe a comunidade local e regional do Conselho Universitário.

- Não haverá eleição para reitor. O Conselho Universitário, não se esqueçam de como será composto esse Conselho: fará uma lista tríplice para ser encaminhada ao governador. No caso de consulta, ela terá que ser estabelecida pelo Conselho Universitário com 70 por cento dos docentes participantes. Veja que o governador tenta aplicar a LDB aqui.

- Cada universidade terá um Conselho de Responsabilidade Social. Os conselheiros aqui, serão apenas aqueles de reputação administrativa.

- Pesquisa e pós-graduação ficam fora do sistema proposto pelo governo. Apenas o ensino de graduação é contemplado no projeto.

- O HU - Hospital Universitário, será transformado em autarquia, será vinculado ao SUS, e subordinado à Secretaria da Saúde, o que poderá ser aqui, a decretação do fim de sua finalidade básica, que é o de ser um hospi-

tal-escola, fundamental na pesquisa científica e ensino na área de saúde, perdendo com isso a condição de desenvolver pesquisa em especialidades médicas, como por exemplo em obesidade mórbida, que em Maringá já salvou vida de gente de pouco poder aquisitivo.

- O repasse dos recursos será dentro das metas do Contrato de Gestão a ser formado pelo Estado do Paraná. Os recursos serão repassados em 13 parcelas. Como vemos aqui, não há uma indicação clara de índice, e ainda assim, dividido em várias prestações.

- Cria a Comissão Estadual para definir os recursos, sendo que a maioria são representantes externos à universidade.

- Propõe a extinção do Estatuto do Servidor e do Plano de Carreiras para as universidades, já aprovado por esta Casa.

- A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e de pessoal da Universidade e do Hospital Universitário, será feita pela Assembléia Legislativa, com o auxílio do Tribunal de Contas.

Então senhores deputados, conforme fica bem claro nesta análise, observem, que a partir desse projeto do governo, estaria praticamente instituído em nosso Estado, o fim da pesquisa e do ensino gratuito, conforme artigo 5º do projeto. Em agindo assim, como é que os senhores favoráveis a este projeto iriam se explicar ao povo do Paraná, e como é que ficariam as suas consciências que estariam desta forma, tirando de muita gente a oportunidade de um dia ser alguém na vida.

Com isso, venho manifestar publicamente o meu apoio incondicional ao projeto dos servidores das universidades estaduais, representados pelo comando de greve, protocolado nesta Casa, dia 19 de fevereiro, sob o número 993, por entender que este sim, representa a vontade da categoria e de todos os paranaenses.

O projeto propõe a revisão dos pisos salariais, privilegiando desta forma aqueles servidores que recebem menores salários. A proposta apresentada corresponde à suplementação de 90 milhões de reais no Orçamento da SETI.

Quanto à discussão pela autonomia universitária, destacada pelo governo em seu projeto, visando esvaziar o movimento de greve e confundir a população, porque não viabiliza a reposição salarial, deverá ser realizada no entender dos servidores, de forma ampla e democrática pelas comunidades universitárias, inclusive aquelas que não se encontram em greve, e por todos os setores interessados, incluídos os movimentos populares.

Temos a certeza que o arquivamento do projeto do Governo, e a aprovação do projeto dos servidores, colocará fim à greve.

E esta decisão, mais uma vez, compete à Assembléia Legislativa e ao Governo do Paraná.

Muito obrigada”

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Ainda no Horário das Lideranças, consulto Liderança do: PSC, PSL, PPS,
(Declinam)
PDT, com a palavra o deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente, senhores deputados.

Ocupo a tribuna para tornar público um estudo feito na questão da venda do Banestado. O governo do Paraná investiu um bilhão e quinhentos e vinte e cinco milhões sem a autorização Legislativa.

Valor da venda: R\$1.568.376.906,30.

Valor integralizado para aumento de capital: R\$3.696.850.231,57.

Encampação de títulos: R\$428 milhões, que são aqueles títulos de Osasco, Guarulhos.

Incorporação de ativos: um bilhão e meio, mais R\$779.231,41.

Prejuízo certo: R\$2.128.473.300,57.

Prejuízo estimado: R\$3.000.550.079,00.

A Lei nº 12.201, artigo 6º, de 25 de junho de 1998, autoriza o Poder Executivo a proceder aumento de capital, adquirir ativos e assumir passivos no Banestado até quatro bilhões e cem milhões. O governo, para o saneamento do Banco do Estado do Paraná, realizou aplicação de recursos conforme abaixo:

Ativos incorporados ao Estado: um bilhão e quinhentos milhões, mais setecentos e setenta e nove, quarenta e um.

Ativos represados por Letras do Tesouro: do Estado de Alagoas, cento e cinquenta milhões mais alguma coisa; Estado de Pernambuco, Santa Catarina, município de Guarulhos e município de Osasco, que somam quatrocentos e vinte e oito milhões.

Capital integralizado no Banestado: R\$3.696.850.231,57.

Valor aplicado sem a aprovação Legislativa, para que os senhores deputados tenham conhecimento: R\$1.525.782.894,11. Não houve autorização legislativa para esse valor.

Natureza da Autorização: a) financiamento do saneamento do Banco do Estado do Paraná, correspondente a 50% das necessidades, até quinhentos e oitenta milhões; b) assunção de passivos do Banestado junto ao Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, duzentos e sessenta milhões. Aumento de Capital no Banestado até um bilhão e duzentos milhões.

Aumento de capital: adquirir ativos e assumir passivos, até 4 bilhões e cem milhões.

Valor aplicado: cinco bilhões e seiscentos e vinte e cinco milhões e setecentos e oitenta e dois mil, mais oitocentos e noventa e quatro, onze.

Valor autorizado, aplicado: um bilhão e quinhentos e vinte e cinco mil e alguma coisa.

Natureza da autorização: Lei nº 11961, de 19 de dezembro de 1997.

a) Refinanciamento da dívida imobiliária até 475 milhões;

b) refinanciamento da dívida do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE) existente no Banestado até 30 de novembro de 1997, até 575 milhões;

c) aquisição de ativos propriedades do Banestado referente a créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais, programa de garantia e atividade agropecuária, na ordem de 410 milhões.

Então, senhor presidente, senhores deputados, é preciso para que se tenha perfeito conhecimento da Casa que o Governo investiu sem autorização legislativa mais de um bilhão e meio no Banestado, que o Governo tinha autorização para investir até quatro bilhões e cem milhões, e que investiu cinco bilhões e seiscentos e vinte e cinco milhões; que o Governo incorporou ativos que não são bem ativos, porque são títulos podres. E aqui tomamos o cuidado de realizar uma projeção do que seria possível o Estado rever, visto que comprou títulos podres. E que temos aqui uma situação que, com certeza, se o Poder Legislativo e se o Ministério Público quiser, agir, aqui está um trabalho exatamente baseado em documentos oficiais.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

PT: com a palavra o deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, senhoras deputadas, senhores deputados.

O governador Jaime Lerner aproveitou o período em que estávamos de recesso para, ao mesmo tempo, apresentar doses venenosas contra o patrimônio e à administração pública do Paraná, e tentar enganar a opinião pública paranaense com um marketing televisivo, quando manda para a Assembleia Legislativa um projeto de lei que trata de reserva de vagas nas universidades estaduais, quando trata de um projeto intitulado autonomia universitária.

Venho aqui, senhor presidente, dizer que o projeto que reservava vagas no ensino público já tinha passado pelo Comissão de Educação; nossa Comissão tinha vários projetos dos senhores deputados, foram anexados estavam em processo de discussão; o projeto tinha problema com relação à constitucionalidade, problema com relação aos turnos oferecidos para essas vagas, e estávamos debatendo um projeto assemelhado que havia sido aprovado em algumas instâncias no Senado. Portanto, estávamos em um processo democrático debatendo esse problema, e o governo Jaime Lerner começa inventar a roda, rouba a nossa idéia, de deputados da Oposição e deputados da Situação.

Mas, vou me deter sobre o projeto de intervenção universitária. O projeto de intervenção universitária do governador ele deu um título chamado de autonomia.

Tive oportunidade de analisar agora há pouco, terminei a análise do projeto, com assessoramento daqueles que entendem do assunto, e chegamos a algumas conclusões: primeiro, no Paraná já são oitenta por cento os alunos paranaenses que freqüentam o ensino superior nas faculdades e nas universidades estaduais e vai aumentar esse número por conta de que pelo Brasil afora estão saindo muitas universidades particulares que estão absorvendo a demanda, já que nem o governo federal no seu sistema federal e nem os governos estaduais estão ampliando o número de vagas, mas as privadas estão, algumas com qualidade, a maioria sem qualidade, mas estão ampliando. Com isto quem é de São Paulo, Goiás, Rio Grande do Sul, vai fazer uma particular pagando até 70 reais semestral e não virá para o Paraná disputar as vagas.

Portanto, é um projeto que nesta altura da conjuntura é inócuo, não tem sentido. Com relação à intervenção, hoje a Universidade do Paraná atende 75%, em média, dos alunos pobres, dos filhos da classe trabalhadora, dos filhos da classe média, daqueles filhos de agricultores, filhos de assalariados, daqueles até desempregados; têm a opção de fazer Geografia, Matemática, História, Medicina, Direito e tantos outros cursos que a Universidade dá oportunidade aos paranaenses pobres fazerem.

O governo tendo uma greve por várias e várias ocasiões protelada, há sete anos sem um tostão de aumento, há sete anos sem receber esses professores e seu gabinete para uma conversa franca, há sete anos apresentando projetos como aquele que fazia convênio entre o diretor da Universidade ou o reitor da Universidade e a Secretaria de Estado, estabelecendo uma parceria para o processo de autonomia que o governo já fez e aqui nesta Assembléia falou para todos nós que seria água de salvação das universidades, foi aprovado ali e naquela tribuna discursou o reitor da Universidade de Ponta Grossa pedindo o nosso voto que era a salvação da lavoura para a Universidade do Paraná. Está aí o caos das universidades porque o governo não tratou com dignidade; os servidores estão em greve numa resistência fenomenal que nós temos que dar parabéns para essa turma, porque o governo desrespeitou sistematicamente a vontade de negociar desses professores.

A greve, é bem verdade, que nós, sociedade, não gostamos, como nós não gostamos da doença, não gostamos de assalto. Por isso nós investimos em segurança, por isso investimos em saúde. Se não queremos greve vamos investir na educação, salário, vamos investir na qualidade dos professores...mestrado, vamos investir para que também o sistema público superior faça um sistema de reatualização para o ensino fundamental e médio e vamos investir sobretudo na carreira do professor, muito menos do que salário, na carreira e na segurança do professor.

Se nós estamos preocupados com saúde, com segurança, nós falamos em investir no salário deles, por

que nós não falamos a mesma coisa para os professores do Paraná?

O projeto de intervenção, senhor presidente, deputado Elio Rusch, ele muda a formação do Conselho Universitário, portanto é uma intervenção política. Ela coloca um percentual de 9% sobre uma proporção. Essa proporção é do ICMS, que o cálculo de 9% já está defasado, porque com relação ao ano passado e este ano o certo seria passar em torno de 9,25% a proporção para dar suporte às universidades. E também a universidade fica para administrar os 9%. Agora, e o governo quando vai, descuida e deixa a elisão fiscal acontecer? Quando ele dá isenção de ICMS?

A universidade tem condições de barrar o governo, para garantir os 9%? Não. Mas o governo vem com a proposta: os laboratórios serão abertos para qualquer picaretagem; para que o professor venda serviços. O professor ganha mil e quinhentos reais - quem sabe - fazendo um projetinho para melhorar o aquecimento do motor elétrico, faz um projeto termodinâmico aqui, outro ali, e ganha dois mil reais por mês. O professor que está na sala de aula, fica brabo com aquele que faz projeto. E começa a briga dos professores.

Entre as universidades a que trabalha em um projeto de gestão vai ter briga. É a tese do rei: dividir para reinar. Esse é um projeto que estraçalha com a universidade, não possibilita expansão, faz todo mundo brigar, mas não fica com o “pepino” para esse governo, deputado Waldir Pugliesi - é para o ano que vem. Se aprovado esse projeto, no ano que vem, qualquer governo que assuma, não vai ter como modificar, por conta de que o orçamento já está embasado em uma lei. A Lei de Responsabilidade Fiscal, que é lei federal, não permite a mudança. Portanto, no ano que vem, vocês verão como é que vão ficar essas universidades federais, para federalizarmos - quem sabe uma universidade: quem sabe a Unioeste, absorvendo o número de professores que estão ali.

Fazendo em regime de transposição funcional e colocando a federalização, que poderia ser uma solução. Não. ele prefere “puxar o saco” do Fernando Henrique Cardoso e não exigir, que ele, por exemplo, asfalte as nossas estradas - pega para si e faz pedágio. Fica fazendo demagogia em período pré-eleitoral, ampliando cursos, sem condições. E, agora, quer jogar esse problema para os próprios professores. Por que não federaliza? Vai brigar com o governo federal, para investir? O governo federal que é responsável pela Lei de Diretrizes de Bases da Educação, pelo ensino público federal; responsável prioritário pelo ensino público superior. Por que ele não briga? Prefere acabar com a vida dos próprios paranaenses, tapando a boca de seus professores.

Vamos lutar para que esse projeto não passe nesta Assembléia. Esse projeto não tem condições de ser aprovado. É um projeto de intervenção.

(Aplausos)

Faço um desafio à bancada de Situação: vamos abrir o FGs, os cargos em comissão das universidades,

aqui, apresentamos inúmeros requerimentos, que nunca foram aprovados. Para saber aonde o governo atua, de maneira escusa, dentro da universidade, para acabar com a Universidade Pública do Estado do Paraná.

Vamos abrir os FGs, vamos ver quem é que está lotando, quem está deturpando as universidades públicas do Estado do Paraná.

Governo Jaime Lerner atenda o clamor da sociedade paranaense!

Dê transparência! Vamos arrumar por dentro! Não coloque a culpa nos paranaenses, pela universidade que tem!

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

PPB; PMDB.

Concedo a palavra ao deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Na semana passada, aquilo que se ventilava, “à boca pequena” acabou efetivamente acontecendo aqui na Casa. O governador Jaime Lerner reuniu todas as forças que possuía e encaminhou à Casa, a indicação de mais um conselheiro para o Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Imaginei que, aquilo que circulava na imprensa do Paraná, não fosse verdadeiro, que o governador jamais teria a coragem de encaminhar para a Assembléia a indicação do seu chefe de gabinete Gerson Guelmann, para ocupar uma vaga de conselheiro do Tribunal de Contas. Mas, infelizmente eu estava errado.

Semana passada chegou aqui na Assembléia uma Mensagem do Governo do Estado do Paraná, do governador Jaime Lerner querendo fazer o seu assessor, seu companheiro de desditas, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, isso é a mesma coisa do que colocar a raposa para cuidar do galinheiro, porque, senhor presidente, senhores deputados, quem é que vai julgar as contas do governador Jaime Lerner, quem é que teria que julgar, que analisar as contas do governador senão os conselheiros do Tribunal de Contas.

Lá, o governador já colocou o seu cunhado, e agora indica o seu assessor Gerson Guelmann. Inclusive, deputado Eli Ghellere, rasgando a Constituição do Paraná, porque a Constituição é muito clara onde diz que o indicado para o Tribunal de Contas, tem que ter alto saber jurídico, pressupõe-se que alto saber jurídico no mínimo o cidadão tenha que ter curso universitário, pois o senhor Gerson Guelmann nem curso universitário tem. Conhecimento jurídico que nós sabemos do senhor Gerson Guelmann é para atender o telefone, porque até pouco tempo atrás, nós estávamos investigando a sua participação nas escutas ilegais de telefones, patrocinadas pelo Palácio Iguaçu, e segundo o cabo Jordão, e segundo outras pessoas que foram depor na CPI, o mentor intelectual seria o senhor Gerson Guelmann, e o governador

Jaime Lerner dá um presente ao seu assessor que estava ali, que teve a infeliz ou a difícil missão, deputado Vanhoni, de coordenar a campanha de Jaime Lerner, que teve a difícil missão de coordenar a campanha do Belinati em Londrina, e que enfim, teve a difícil missão de estar junto com esse governo do início até a morte, e ganha agora um prêmio, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

E a constituição vai mais longe. Além de requerer que o indicado tenha alto saber jurídico, a Constituição também diz que o cidadão tem que ter reputação ilibada. Fatos que o senhor Gerson Guelmann não possui, não tem alto saber jurídico, não tem reputação ilibada porque o seu nome foi objeto de investigação na Comissão do grampo telefônico, porque o seu nome está envolvido na campanha fraudulenta lá de Londrina, porque o seu nome está envolvido com o senhor Jaime Lerner, não tem reputação ilibada, mas nem tudo está perdido.

O deputado Ângelo Vanhoni acabou de me passar cópia de uma sentença judicial que anula as nomeações do governador Jaime Lerner para o Tribunal de Contas referentes a mais dois assessores para os cargos de auditores.

Não só anula as nomeações do senhor Caio e do senhor Jaime Lechinski, como determina que todo dinheiro recebido em remuneração seja devolvido aos cofres públicos do Estado do Paraná, porque nós, senhores deputados, temos sido, ao longo desse mandato derrotado nas votações que aqui acontecem. O governador tem feito com que a sua vontade prevaleça, aqui na Assembléia Legislativa do Paraná. Mas, nós temos buscado a justiça, e a justiça, às vezes, tarda mais não falha.

Hoje, nós podemos comemorar uma decisão. Já percorre os meandros do Poder Judiciário do Paraná, há tanto tempo e, que no início do mês de fevereiro, foi sentenciada dando ganho de causa aos deputados estaduais que moveram uma ação popular contra o senhor Caio Márcio Nogueira Soares e o senhor Jaime Tadeu Lechinski, para o cargos de auditores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Quero dizer que essa é uma decisão que nos dá ânimo e coragem para continuarmos lutando. Lutando contra essas coisas erradas que o governador Jaime Lerner insiste em patrocinar contra o povo do Paraná.

O Governo marcado por esses atos indignos e imorais, um governador que não respeita o povo, não respeita a Constituição que ele jurou que haveria de cumprir. Mas, que Constituição, que povo!

O Paraná vai aos trancos e barrancos com esse Governo que infelizmente outra coisa não faz, a não ser prejudicar a Educação - tão bem relatada aqui pelo eminente deputado Irineu Colombo.

Quero falar em nome do PMDB, iremos lutar aqui nesta Casa, com todas as nossas forças, para que esta nomeação do Tribunal de Contas não aconteça, para que seja resguardada a moralidade pública, para que o respeito à Constituição seja uma questão de honra para

todos nós. Iremos lutar para que essa vontade insandecida, enlouquecida de um governador que perdeu o rumo, não seja perpetrada contra os interesses do povo do Paraná.

Faremos a nossa parte, mas se assim mesmo a Assembléia legislativa se curvar aos interesses do Palácio Iguaçu iremos buscar mais uma vez o rumo da justiça, iremos buscar o Poder Judiciário para que o Poder Judiciário possa salvar a moralidade pública, a decência e a sensatez, coisas raras para essa gente que desgoverna o Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

PFL, Deputado Divanir Braz Palma.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Senhor presidente, Mesa Diretiva, nobres pares, senhoras e senhores presentes, professores, dirigentes sindicais e demais presentes.

Nós estamos ocupando o horário do PFL, não com o objetivo de polemizarmos ou respondermos qualquer acusação, qualquer provocação que porventura tenha ocorrido na tribuna do lado de lá.

Mas, a bem da verdade, para que nós possamos acrescentar subsídios a essa questão do ensino superior das universidades públicas estaduais. Nós queremos senhor presidente, nobres pares, senhoras e senhores, nos ater a um detalhe que não foi aventado aqui até agora, nesta tarde de 25 de fevereiro de 2002.

Nós temos aqui em mãos um projeto que a UEM está apresentando, projeto de autonomia, o qual vamos ler com carinho e atenção, porque a matéria exige isso. Afinal de contas, estamos tratando de resolver o futuro dos nossos estudantes de nível superior do Estado do Paraná.

Temos a proposta enviada pelo governador do Estado que está circulando nas Comissões desta Casa e que com certeza, esse projeto vai provocar um grande debate entre nós parlamentares.

Para acrescentar, tenho dados que nos foram repassados pela Coordenadoria do Ensino Superior, Grupo Orçamentário e Financeiro Setorial da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Paraná.

Não querendo fazer uma comparação política mas apenas uma comparação de divisória de administração, quero dar alguns números:

“Data base de 30.04.94 a 30.04.2001; número de Cursos em 94 - 26 em 2001 - 35.

Acréscimo de 9 Cursos ou 34,6% (referentes à Universidade Estadual de Maringá).

Alunos:

Em 1994 - 7889

Em 2001 - 10423. Acréscimo 32,1%.

Diplomados:

Em 1994 - 742.

Em 2001 - 1374, 85,2% de aumento.

Vagas:

Em 1994 - 2.120 para 2.716 em 2001. Acréscimo 28,1%.

Inscritos:

Em 1994 - 11614

Em 2001 - 24897. Acréscimo de 114,4%.”

Enquanto crescemos em vagas apenas 28,1%, nós crescemos em demanda, 114,4%.

Isso em parte vem justificar a proliferação de empresários do saber, homens que, de outros ramos, passaram a fundar faculdades e mais faculdades particulares, porque com essa demanda em que a própria universidade pública não cresceu para albergar esses jovens, muitos, em sacrifício ao orçamento familiar, foram para as faculdades particulares.

Se fizermos uma comparação com relação ao número de vagas em 2001: 2.716 e inscritos 24897, vamos concluir aritmeticamente que a universidade pública, o ensino público estadual - não atende nem dez por cento das necessidades da nossa sociedade.

Eu pergunto aos senhores: E os 90% para onde vão? Ou não estudam, se não tiverem recursos ou vão estudar em uma universidade particular.

E comumente se diz que quando um jovem da classe média (que é maioria) passa no vestibular de uma faculdade particular, a mãe vibra, comemora e o pai chora, porque ele vai saber que aí vem uma mensalidade pesada que pode atrapalhar todo o orçamento da sua casa.

Continuando:

“Professores:

Em 1994 - 1248.

Em 2001 - 1206 - Diminuição de 3,4%.

Graduados: 113

Especialistas: 126

Mestres: 470

Para reflexão:

Em 1994 - 512

Em 2001 - 470”

É uma sequência normal, natural, porque os - doutores passaram de 148 para 497, um crescimento de 235,8% de aumento de doutores.

Isso é para celebrar de um lado, mas por outro lado nos preocuparmos. Porque o doutor normalmente quando consegue o doutorado ele reduz a sua capacidade de aula para 50%, tem um aumento salarial de 40% e normalmente vai para pesquisa. Então, quem é contratado no lugar do doutor? Geralmente é contratado um professor somente com a formação superior.

E agora, senhores, no ano de 1994 a UEM recebeu de repasses do Estado - 21,6 milhões. E no ano de 2001 a UEM recebeu 93,5 milhões. Isso em orçamento, porque com recursos de convênios são mais 10 milhões e 600 mil reais. Então aí recebeu mais de 104 milhões no ano de 2001.

Vejam os senhores, houve um crescimento, senhor presidente, de recursos financeiros, mas não esses recursos que a faculdade particular tem problemas com inadimplência, chega ao final do mês o aluno não pagou e

tal. Isso no dia 27 cai na conta da universidade esses valores limpos. Este ano sendo repassados 8,7 milhões mês.

Bem, diante disso, como representante do meu povo e preocupado com o ensino superior, mesmo sendo muitas vezes mau entendido, porque quando entrei com um projeto aqui, e os líderes da UEM é importante que me ouçam neste momento, eu queria garantir o 1º curso gratuito e o 2º curso não gratuito. Por que? Porque menos de 9% conseguem um ensino gratuito no 1º curso. Essa questão de dizer: “O ensino gratuito no Paraná”. É bonito falar, mas a realidade é dura, a realidade não é essa aí. Nós atendemos 9% da nossa sociedade.

Então o ensino público no Paraná não é esse ensino que estamos defendendo. Queria com isso que o 2º curso sendo pago transformasse em recebíveis para a universidade estadual de Maringá ampliar as salas de aula, ampliar suas instalações para poder crescer junto com a sociedade. Porque, senhor presidente, nós crescemos em número de alunos 114%, mas em número de vagas somente 28%.

Então, na verdade, senhoras e senhores, vocês estão preocupados como nós. Agora, acho que radicalizar não resolve. Precisamos em alto nível discutir, se o projeto do Governo não é bom, vamos modificar. Se o projeto dos senhores tem imperfeições, vamos acrescentar para que possamos ter uma universidade que seja gerenciada de uma forma mais eficiente, de uma forma que ela possa responder as necessidades da sociedade moderna de hoje.

O que nós não podemos é continuar assim. O governo repassando 9% de ICMS para o ensino superior e esses valores não serem suficientes para nós podermos dar ensino gratuito para os nossos estudantes de 3º grau. Essa é uma preocupação muito séria. Porque se eu fosse deputado federal hoje, não quero criticar mas já mencionando, alguns deputados federais nossos que se preocupam em dar patrulha mecanizada somente na região do Noroeste do Paraná. Eu já estaria com projeto para tornar a nossa Universidade Federal, porque aí os recursos seriam maiores e com certeza nós faríamos coro com os demais Estados do Brasil, que em 99% dos Estados só tem universidades federais.

E por isso vou entrar com emenda, senhor presidente, nesse projeto do Governo para que amplie de 80 para 90% as vagas para os estudantes que são paranaenses. Porque temos que defender a nossa sociedade, os nossos contribuintes. O que não podemos continuar é assistindo à degradação, o empobrecimento das nossas universidades, que estão aí a olhos vistos em processo de decadência física, não digo intelectual, porque temos os melhores doutores, os melhores professores que pesquisam, que lecionam.

Agora, nos falta o quê? Falta um gerenciamento moderno para que possamos utilizar nossos recursos de uma forma eficiente, competente e produtiva.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

No Horário da Liderança das Oposições, com a palavra o deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhores deputados.

(**Lê**):

“O Governo do Estado depois de mais de 150 dias de greve das universidades estaduais, encaminhou o projeto de lei que tomou o número 32 de 2002. Verdadeira intervenção no sistema de ensino superior do Estado do Paraná, desconhecendo as mais elementares regras do ensino universitário.

A forma como o atual governador compreende a universidade pública se confunde com aquela entidade de ensino superior, mesmo confessional, cujo objetivo é o lucro através da cobrança de pesadas mensalidades, e que inviabilizam o acesso e permanência dos estudantes pobres nas salas de aula do ensino superior.

É crença nos meios intelectuais, até aqueles mais próximos do atual governante que o governo Jaime Lerner já se perdera com a questão da Copel ao tentar por todos os meios vendê-la; agora se perde novamente ao propor uma política que mais se enquadra na anti-política universitária.

É sabido por todos os meios sensatos que o Poder Público deve possuir mecanismos de estímulo e instrumentos de desenvolvimento estratégico. Ora, a Copel, por sua capacidade técnica, por sua força e tradição em tecnologia de ponta é um dos instrumentos mais fortes para viabilizar políticas de desenvolvimento. De outro, é sabido que as instituições que produzem e divulgam o saber, como é o caso das universidades e centros de pesquisa, devem ocupar o outro braço estratégico do Estado.

Infelizmente o atual governo não vê, não enxerga, não compreende esta situação.

Para a atual equipe do governo as universidades não são instrumentos estratégicos de desenvolvimento, mas sim um peso que o Estado deve carregar. Que ironia!! Termos que presenciar o desmanche do ensino público e dos institutos de pesquisa nas universidades e a tentativa de se livrar de bens do porte de uma Copel!!

Na proposta enviada pelo governo percebe-se que as universidades deixarão de receber seu orçamento para pesquisa, tendo que recorrer a fontes alternativas de financiamento. Isto é caminhar na contramão da história. Hoje, na maioria esmagadora dos países como EUA, França, Alemanha, Israel, Espanha, Portugal, México, e outros tantos aplicam fortemente nas áreas de energia, da produção do saber e tecnologia. E mais, produzidos nas universidades. São bem poucos os institutos de pesquisa de entidades privadas. Nem as universidades privadas aplicam em pesquisa já que seu intento é mercantil!

Aqui o Governo quer desmontar aquilo que professores e funcionários sensatos e competentes já realizaram, mesmo com grandes sacrifícios pessoais. Quem não se admira da UEL, e da jovem Unioeste que tem batido

em todas as universidades privadas do Paraná e até do Sul do Brasil, chegando a encabeçar por diversos de seus cursos e departamentos os melhores lugares no ranking das Instituições de Saber e Pesquisa do País?

De outro lado, a percentagem de ICMS arrecadado pelo Estado destinado à instituição de ensino superior merece uma melhor análise. O alarde foi forte, mas creio que o Governo se esqueceu de alguns detalhes. Meros detalhes, diriam. Mas importantes, creio.

Primeiro que nos anos de 1997 e 1998 os percentuais do ICMS aplicados nas universidades foram respectivamente de 12,88% e 12,68%. Nos últimos três anos esses índices caíram para 10,67% em 99, 11,51% em 2000 e 10,85% em 2001, segundo dados do próprio Governo.

De outra, observe-se que de 1997 até 2001 o número de cursos ofertados saltou de 174 para 245 e o número de alunos de 45 mil para 70 mil.

A ausência de uma política serena, madura e responsável, fruto de diálogo com a sociedade já provocara a greve de 2000 quando o governo por seu Secretário de Ensino Superior afirmou textualmente em Ofício enviado às IES “entende que o valor orçamentário de R\$299 milhões, inicialmente previstos às universidades para o ano de 2001, não atende o crescimento vegetativo das folhas de pagamento, sequer comportando o custo para implantação de novos cursos, devidamente autorizados, anteriormente ao termo de autonomia”.

O mais grave ainda é que o artigo 167, IV da Constituição Federal secundando a Lei nº 4630/67 proíbe a vinculação de receitas de impostos a despesas. Ora, o artigo 22 da proposta do Governo no Projeto de Lei nº 32/2002 é inconstitucional, por vincular percentual do ICMS a uma despesa determinada.

Evitada de vício insanável, a Mensagem deve ser retirada para que seja melhorada e reaberto o canal de diálogo com os professores e os servidores das universidades e dos hospitais universitários.

A greve das universidades é justa, e a Justiça Federal através da juíza Maria de Fátima Freitas Labarrere da 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, suspendeu a liminar que determina o retorno ao trabalho de 75% dos professores e servidores das IES. A juíza asseverou “que o princípio à dignidade humana e o direito à vida tem prevalecido por sua relevância e que a greve é um movimento social legítimo da defesa do trabalhador e possui natureza alimentar, visando a preservação da vida. E concluiu: o direito à educação saíra fortalecido com os servidores condignamente remunerados.

Enfim, o projeto de lei do Governo, criou uma instância estranha às universidades. O Conselho Social de Desenvolvimento além de intervir na estrutura do Conselho Universitário, ofendendo o artigo 207 da Constituição Federal, que preserva a autonomia universitária.

Por fim, os hospitais universitários continuam a fazer parte dos recursos orçamentários de 9% do ICMS, mas passam para a estrutura da Secretaria da Saúde.

Percebe-se, da análise efetuada que o Governo se excedeu, tanto em conhecimentos jurídicos e constitucionais, como em aplicação administrativa de uma política eficaz que preservando o patrimônio público dê novo encaminhamento ao ensino superior de qualidade, gratuito e para todos os paranaenses.

Concedo o aparte ao deputado Ângelo Vanhoni.

O Sr. Ângelo Vanhoni

Muito obrigado.

Vou aproveitar a condescendência do presidente da Assembléia, deputado Elio Rusch; como presidente da Comissão de Educação, nós estamos convocando os membros para quarta-feira, às 9h e 30m, desta semana, para discutir, entre outros projetos que estão na pauta da Comissão de Educação, o projeto enviado pelo Poder Executivo, que trata da autonomia universitária.

É nosso entendimento, deputado Zuk; é necessário que se faça uma audiência pública para que se discuta com a comunidade do Estado do Paraná, envolvida no processo de educação do ensino superior, os problemas relativos, as vantagens, as virtudes, os erros ou os acertos contidos no presente projeto.

Permita-me V. Exa. e o deputado Divanir Braz Palma, de Maringá, de fazer uma pequena correção a respeito da sua intervenção. Parece-me que o governo desconhece qual é o objetivo de uma universidade pública de ensino superior, do ensino público e gratuito.

Ensino público e gratuito, sobretudo na órbita do ensino superior, tem a ver com projeto de sociedade. Porque nós não privatizamos tudo? Por que nós não acabamos com a universidade pública e extinguímos esse problema de ônus para o Estado, esses 300 milhões para o Estado e resolvemos aplicar 300 milhões em qualquer outra rubrica? E acabamos com a universidade pública no Estado do Paraná.

De minha parte, acho isto um erro tremendo, se nós adotássemos esta postura. Não fazemos isto, deputado Divanir Braz Palma, por quê? Porque acreditamos que a sociedade não pode ser regulada pelo mercado. O projeto de sociedade que nós queremos é um projeto que vá construindo ao longo do tempo mais igualdade entre os habitantes da sociedade. E a lógica do mercado não só aqui no Brasil, mas em qualquer lugar do mundo, impõe uma sociedade cada vez mais de exclusão, onde poucos têm acesso à riqueza e muitos ficam à margem desta riqueza. E quando falamos “riqueza” falamos também em produção do saber, em capacidade de se constituir, enquanto seres humanos. A luta pela autonomia que está prevista na Constituição Federal do nosso País, não se trata de uma discussão econômica, não se trata de reduzir esta discussão a quanto se gasta aqui ou ali. Trata-se, exatamente, de uma questão de princípio. Porque a universidade pública da USP, em São Paulo, no Rio de Janeiro, nas federais, e em qualquer lugar do mundo, a produção de conhecimento foi um grande baluarte, um grande momento da história da humanidade para conseguir cons-

truir o que temos de padrão de civilização. Se hoje temos direitos consolidados na sociedade brasileira, é em função da luta democrática do seu povo. E a universidade pública sempre teve um papel de destaque na produção do conhecimento. A hora que nós retiramos a autonomia da universidade para dirimir, para discutir a respeito da sua qualidade, do seu serviço prestado à sociedade, nós estamos fazendo com que o estado totalitário, o estado absolutista tenha que determinar o que é produzido na hora do conhecimento.

Veja deputado Divanir Braz Palma, como o vosso raciocínio, os conceitos que V. Exa. trabalha estão absolutamente equivocados. Tenho conhecimento do seu levantamento. Proporcionalmente equivocados. Tenho conhecimento do seu levantamento. Proporcionalmente, se o senhor pegar de 94, 95 e 96, quando houve aquele acordo do seu governo, do governo Jaime Lerner com o ensino superior, não mudou absolutamente nada do ponto de vista do percentual repassado às universidades, em que pese que os cursos aumentaram que a qualificação profissional aumentou, em que pese a universidade pública do Paraná ganhou destaque no cenário federal, quando o Governo Federal inventou - e eu não concordo muito, mas de qualquer maneira é um símbolo - inventou uma graduação de notas para as universidades do nosso país. E veja a incongruência do seu raciocínio, a própria LDB, a própria Constituição Federal prevê que o ensino superior deve ser ministrado cada vez mais por doutores e V. Exa. novamente recai no argumento financeiro para tentar demonstrar repetidamente que criar doutores na universidade de Maringá, na universidade de Ponta Grossa traz um ônus para a sociedade, logo nós temos que introduzir mensalidades para os alunos sob o pretenso argumento de que os filhos dos ricos estão nas universidades públicas do Estado do Paraná e os pobres estão a caminho da universidade particular. Ora esse argumento não tem nada de democrático porque o tem por trás da sua proposta, se o senhor estivesse preocupado com a gratuidade e o retorno para a sociedade eu seria irmão seu numa proposta como a seguinte: vamos colocar em discussão para que os estudantes das escolas públicas ao término da sua graduação tenham que ter um espaço na sua atividade profissional de retorno à sociedade. Aí eu estaria de acordo com o senhor. Mas não.

A sua lógica é aquela de colocar a cobrança de mensalidade, a cobrança de taxas. Tranqüilamente esta perspectiva, deputado Divanir Braz Palma, eu sei que não é o seu entendimento, na hora que nós colocarmos na universidade pública cobrança de mensalidades, cobranças maiores de taxas, colocando a dependência da universidade cada vez mais no mercado da iniciativa privada, os mais fortes, os que têm influência, os que têm mais poder econômico são os que vão dirigir e vão mandar na universidade e aí, ela perde o seu caráter democrático, perde a sua continuidade de fazer cumprir o seu destino que é fazer este país ficar cada vez com mais iguais e cada vez

menos diferentes do ponto de vista social e do ponto de vista econômico.

Por isso o governador Jaime Lerner erra ao mandar esse projeto para a universidade. A questão de fundo deste projeto é contrária à democracia, é contrária àquilo que o resto do mundo vem trilhando.

Por isso, coloco-me à sua disposição para enfrentar este debate a respeito da autonomia.

Quarta-feira, 9h30m nós vamos à comissão de Educação e eu quero que V. Exa. retire uma data para discutir todos os pormenores a respeito da universidade pública do Estado do Paraná, uma audiência pública com professores, com docentes com representantes dos conselhos, porque não está em jogo o problema de repasse salarial.

O governador traz para jogo agora uma outra questão que é a natureza do ensino público do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O Sr. Divanir Braz Palma

Nobre deputado Zuk, muito obrigado por sua compreensão.

Queria rapidamente dizer que o assunto é polêmico.

Veio o líder do PT aqui, muito apropriadamente usar da *usa verve* já admirada por muitos por sua experiência e sua inspiração política, mas nós temos que trabalhar em cima de números e infelizmente desagrada falar de números.

Eu não sou contra; eu nunca disse que sou a favor da universidade paga, eu sou a favor da universidade gratuita, agora o Estado, V. Exa. talvez não esteja acostumado a mexer com números, é um intelectual, não deve saber fazer a conta que produção de conhecimentos tem custos, e o Estado do Paraná, hoje investe no ensino público superior 1/2 avos da arrecadação anual.

Já se exauriu, porque o Estado não tem só a universidade para cuidar, ele tem outros setores, tem o ensino básico, o ensino fundamental a segurança e assim por diante.

Por outro lado, V. Exa. diz que eu sou contra os doutores, equívoco de V. Exa. Os doutores, a única coisa que eu questiono é que eles se formam com o dinheiro do contribuinte para se transformarem em doutores, eles saem da sala de aula proporcionalmente, reduzem a quantidade de aulas, o senhor deve ter conhecimento disso e passam a fazer pesquisas, nem sempre pesquisas que interessam à nossa região.

Muitas vezes são pesquisas aleatórias, saber porque no xingu tem 200 tribos de índio falando línguas diferentes.

Então, eu chamo a atenção para a nossa realidade. Eu, como pequeno empresário, vejo que o custo hoje é altíssimo.

Veja V. Exa. as disparidades, em média uma universidade particular hoje, é em torno de R\$400, R\$500 reais o curso.

Na UEM, passa de R\$1.100,00 (mil e cem reais) o custo para o contribuinte, para o povo. A universidade particular todo mês inaugura um novo pavilhão; a UEM já faz quantos anos que não se vê um pavilhão novo?

Temos que questionar a questão de gerenciamento e nessa parte V. Exa. não pode utilizar de subterfúgio, nem falácias, achando que estamos equivocados, pois estamos falando em números; cada aluno tem um custo. Temos que olhar para o lado da eficiência, da competência e da produtividade.

Vou mais além, não sei qual é a formação cultural de V. Exa., mas sou formado em Ciências Jurídicas Sociais em faculdade particular e devo informar a V. Exa. que o meu curso não premia o ensino pago, premia o ensino gratuito para o primeiro curso; porque no segundo curso, V. Exa. está criando uma exceção perigosa; primeiro: 90% não tem nem direito ao primeiro curso gratuito. Por que o aluno que fez o primeiro curso, se formou, tem o segundo gratuito, sem participar de vestibular, já entra diretamente? Os senhores não acham uma injustiça, quando 90% não tem acesso ao primeiro curso gratuito? É uma questão de questionar.

O Sr. Ângelo Vanhoni

Quanto está previsto para Maringá este ano?

O Sr. Divanir Braz Palma

Maringá está previsto cento e cinco milhões, fora os cursos advindos de convênios, como com a Fundação Araucária; com o Fundo de Amparo ao Trabalhador, que o ano passado passou de dez milhões de reais.

Fico preocupado porque os valores estão aí, é muito dinheiro, oito milhões e setecentos mil por mês! temos que questionar: aonde está indo esse dinheiro! V. Exa. sabe? O senhor tem visitado o Campus da Universidade de Maringá?

O Sr. Ângelo Vanhoni

Vou lhe responder.

O Sr. Divanir Braz Palma

Não vou debater com V. Exa., senão vamos ficar até amanhã aqui. Não vou receber provocações de V. Exa. de ordem política. Estou trabalhando em cima de números, estou preocupado com a solução do problema, quero o fim da greve. Não podemos fazer da greve uma bandeira política!

O Sr. Ângelo Vanhoni

Não é provocação; não é política; vou falar de números!

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Solicito ao deputado Luiz Carlos Zuk que conclua o seu pronunciamento, por gentileza, que já expirou o seu tempo.

O Sr. Ângelo Vanhoni

Amanhã eu respondo a V. Exa.!

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Amanhã V. Exas. poderão usar do Pequeno, Grande Expediente, Horário das Lideranças.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Encerrando, senhor presidente.

Da própria fonte do Governo, de 1997 a 2001: número de cursos ofertados pelas nossas universidades saiu de 174 (cento e setenta e quatro) cursos para 245 (duzentos e quarenta e cinco); número de alunos: 45.000 (quarenta e cinco mil) foi para 70.000 (setenta mil).

Agradeço o aparte dos deputados e tranquilizo o deputado Divanir Braz Palma, que se não foi constituído nada e nem construído lá na Universidade Estadual de Maringá, o próximo governador, Álvaro Dias, vai devolver a Maringá e às universidades aquilo que elas merecem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 28/2002-G.P., subscrito pelo presidente do Tribunal de Justiça em exercício, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei aprovado pelo Órgão Especial em Sessão de 22 de fevereiro do corrente ano, que solicita autorização para conceder gratificação especial de assiduidade, no valor de R\$100,00 (cem reais), aos servidores do Quadro do Poder Judiciário. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria da senhora deputada Luciana Rafagnin, com apoio dos deputados Ângelo Vanhoni e Irineu Colombo, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 16 (dezesesseis) de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três) de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Cesar Seleme, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 164/2001, de autoria do deputado Durval Amaral, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a estrada municipal que liga o município de Rolândia ao município de Pitangueiras. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado.**

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 575/2001, de autoria do deputado Edson Strapasson, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e Infância de Bocaiúva do Sul, com sede e foro no município de Bocaiúva do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado (Publ. no DA nº 162, de 05/11/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 575/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Edson Strapasson, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Bocaiúva do Sul, com sede e foro no município de Bocaiúva do Sul.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994.78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 468/2001, de autoria do deputado Nereu Moura, que autoriza a estadualiza-

ção da rodovia que liga Nova Prata do Iguaçu à Usina de Salto Caxias até o trevo de acesso da PR-484, que liga os municípios de Capitão Leônidas Marques a Boa Vista da Aparecida. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E COPTC. **Aprovado (Publ. no DA nº 129, de 19/09/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 468/2001

P A R E C E R :

A proposição em tela trata do Projeto de Lei nº 468/2001, de autoria do ilustre deputado Nereu Moura, que autoriza a estadualização da rodovia que liga Nova Prata do Iguaçu à Usina de Salto Caxias até o trevo de acesso da PR-484, que liga os municípios de Capitão Leônidas Marques a Boa Vista da Aparecida.

Sob o ponto de vista constitucional, legal e de técnica legislativa, esta Comissão de Constituição e Justiça nada encontrou que pudesse obstar seu normal trâmite pelas demais Comissões desta Casa.

Assim sendo, emitimos parecer favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 21.11.2001.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente em exercício

MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 468/2001

P A R E C E R :

O presente plano de lei de autoria do deputado Nereu Moura, objetiva autorizar a estadualização da rodovia que liga Nova Prata do Iguaçu à Usina de Salto Caxias até o trevo de acesso da PR-484, que liga os municípios de Capitão Leônidas Marques a Boa Vista da Aparecida.

O referido projeto de lei, foi analisado regimentalmente pela Comissão de Constituição e Justiça no tocante à constitucionalidade e legalidade. A mesma posicionou-se pela constitucionalidade da matéria.

No que compete a esta Comissão de Finanças a manifestar-se, seguindo o que preceitua o parágrafo 3º, do artigo 33, do Regimento Interno, temos a opinar favoravelmente à proposição, pois conforme o próprio autor coloca na justificativa do projeto em tela, a rodovia serve para escoamento da safra da região e também irá melhorar em muito a fiscalização e demais serviços necessários, que sem dúvida reverterá em muitos benefícios para o Estado.

Diante do exposto, entendemos que a matéria deve receber desta Comissão de Finanças, o devido parecer favorável ao encaminhamento aos demais órgãos desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.12.2001.

(a) ADEMIR BIER - Presidente e Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 468/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Nereu Moura, autoriza a estadualização da rodovia que liga Nova Prata do Iguazu à Usina de Salto Caxias até o trevo de acesso da PR-484, que liga os municípios de Capitão Leônidas Marques a Boa Vista da Aparecida.

Sobre a matéria já existe pronunciamento favorável, pelas duntas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Chamada a opinar, esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, entende que a estadualização da rodovia, beneficiará todos os usuários que por ela transitam diariamente, principalmente aqueles que a utilizam para o escoamento da safra, permitindo ainda uma melhora significativa na fiscalização da rodovia.

Assim sendo, no âmbito desta Comissão Técnica, conforme o disposto no artigo 33, parágrafo 6º, do Regimento Interno, opinamos pela aprovação da matéria, através do parecer favorável ao Projeto de Lei nº 468/2001.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.12.2001.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 502/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a doar lotes conforme especifica. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. Aprovado (Publ. no DA nº 142, de 08/10/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 502/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Hermas Brandão, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a doar lotes conforme especifica.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 20.11.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 502/2001

P A R E C E R :

De autoria do nobre deputado Hermas Brandão, o projeto de lei em questão autoriza o Poder Executivo a doar lotes conforme especifica.

O projeto já recebeu parecer favorável da dunta Comissão de Constituição e Justiça desta Casa de Leis.

Chamada esta Comissão a se manifestar a respeito do mérito da matéria, verificamos que os imóveis constantes na propositura serão destinados à área educacional, capacitação profissional e de assistência social.

Diante do exposto, opinamos pelo parecer favorável ao projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.12.2001.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 647/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária dos Produtores de Santo Antonio, com sede no município de Roncador e foro no município de Campo Mourão. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 180, de 28/11/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 647/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Nelson Tureck, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Comunitária dos Produtores de Santo Antonio, com sede e foro no município de Campo Mourão

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva anexa, para melhor adequá-la às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 647/2001

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária dos Produtores de Santo Antonio, com sede no município de Roncador e foro no município de Campo Mourão.

Art. 2º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 10.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

Apoiamento:

Marcos Isfer e José Maria Ferreira.

Aprovado.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

V. Exa. está pedindo verificação de votação do item 05?

Item nº 05, o deputado Cezar Silvestri pede verificação de votação.

Os deputados que aprovam, queiram levantar-se.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, V. Exa. poderia repetir o teor do requerimento que está sendo apreciado neste momento?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

É o projeto de lei do item nº 05 da presente pauta, de autoria do deputado Nelson Tureck.

Está em votação.

Os deputados que aprovam, queiram levantar-se.

15 senhores deputados votam a favor.

Não há quórum para continuar a Sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 26, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 647/2001.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 164, 575, 468 e 502/2001.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 649, 657 e 659/2001.

Levanta-se a Sessão.